

CAMPUS REPÓRTER

DEPOIS **SEM**
A vida dos **3**
QUE CUIDAM DA *Morte* **000**

TRABALHO
Escrevo
VIDA *em* FIAPDS
NO INTERIOR DO CERRÁ

sem ANESTESIA
A DOR DE ESTUDAR
Fora **DO** País

TEM **?** **CONVITE** { COMO ENTRAR
na festa
DOS OUTROS }

ESTARÔ • POLÍTICO

QUEM DÁ AS CARTAS NA CAPITAL



Uma boa ideia é como café. Além de despertar, inquieta. Essa é a proposta do **Café FAC**. Um projeto de extensão da Faculdade de Comunicação que promove palestras, seminários, oficinas e outras atividades acadêmicas. Tudo isso para incentivar a divulgação de conhecimento, o debate e a troca de ideias transdisciplinares entre estudantes, professores, pesquisadores e a comunidade.



Conteúdo que desperta

CARTA DO EDITOR

ano 7 • nº 11 • 2013 FAC



personagem – ou a personagem, como preferem os mais puristas ou os mais gramaticais – é central para a boa elaboração de uma reportagem. E este novo número da **Campus Repórter** distribui ótimos personagens ao longo de suas páginas. Eles vivem e contam as histórias que compõem um cardápio eclético, para dizer o mínimo.

Há quem cuide do mundo dos mortos. Há quem olhe para a esfera do além-vida. Há quem se aventure mundo afora. Há quem se arrisque festa adentro. Há quem procure um novo modo de sobreviver, distante da escravidão imposta pelo mundo do trabalho.

Sem pedir licença, demos as mãos aos penetras para bisbilhotar a festa alheia [página 50]. Com perdão divino e coragem terrena, fomos ao encontro dos cuidadores de cadáveres, os homens que preparam corpos para o desfecho [página 26]. De olho nas cartas, conversamos com uma mulher engajada na previsão do futuro de alguns políticos da capital [página 40].

Em Frecheirinha, no interior do Ceará, encontramos mulheres que cortam fiapos infinitamente, sem chance de escolha, sem direitos, sem vida [página 2]. A partir de Brasília mas com direito a uma incursão a Buenos Aires, capital da Argentina, escutamos os relatos de jovens brasileiros que optaram por estudar medicina fora do país [página 16].

Depois de quatro edições, me despeço do comando executivo da **Campus Repórter**, que passa a ser coordenada pelo professor Paulo Paniago. É assim que acontece: passamos a bola tentando não perder o equilíbrio. E uso a primeira pessoa do plural porque esta revista é de todos nós, personagens masculinos e femininos de uma aventura democrática chamada jornalismo.



Sérgio de Sá • Editor-executivo

AS FIAPEIRAS PRAS FRE CHEIRI NHA



Se não fossem as tesouras das marias, rosas e anas de Frecheirinha, no interior do Ceará, a cidade dificilmente teria se tornado um dos maiores pólos de fabricação de lingerie do país. Dia e noite elas cortam os fiapos de linha das calcinhas, cuecas e sutiãs recém-fabricados, mas vivem em situação de mendicância por causa do salário irrisório que recebem, e das dívidas exorbitantes contraídas com o próprio trabalho. As fiapeiras de Frecheirinha não existem aos olhos da fiscalização, e são o retrato da exploração de trabalho análogo ao de escravo no Brasil em pleno século 21.



Texto | Gustavo Aguiar
Fotos | Jéssica Paula Prego
Diagramação | Ellen Rocha



Nonata cumpre a segunda jornada do fiapo: à noite, o trabalho continua em casa

14

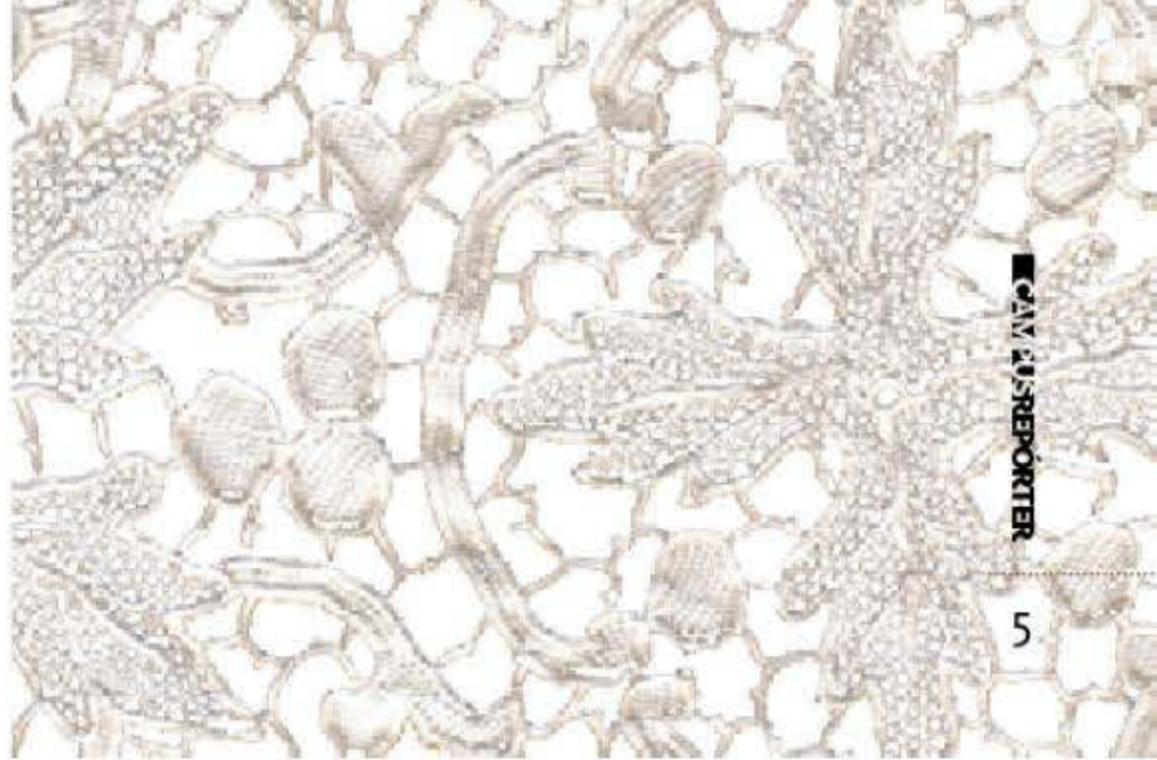
N

o porto do Ceará não se embarcam mais escravos." Mas pessoas reduzidas à condição

análoga à de servidão ainda existem, mesmo 132 anos depois do líder abolicionista cearense Francisco José do Nascimento, o Chico da Matilde, ter dito essa frase, em 1881. Em Frecheirinha, no interior do estado, cerca de 200 mulheres trabalham sob condições precárias na revisão das lingerie produzidas em um dos principais pólos de fabricação de vestuário íntimo no país, localizado em Frecheirinha, no interior do Ceará.

Elas cortam os fiapos, restos de linhas de costura e sobras de elástico das calcinhas, sutiãs e cuecas confeccionados na cidade, mas trabalham mais de 15 horas, por dia sem salário fixo, carteira assinada, pagamento de férias ou qualquer outro direito trabalhista. Chegam a ganhar menos de três centavos por peça revisada, e têm descontado do salário o preço de venda dos modelos que venham a danificar, valor que pode chegar a R\$50 por lingerie. Algumas precisam trabalhar meses seguidos sem receber para saldar as dívidas com os patrões.

A ironia é que a então província do Ceará foi a primeira a abolir o trabalho



forçado no Brasil. “Não há força bruta no mundo que faça reabrir o porto ao tráfico negreiro”, anunciou o prático da Capitania dos Portos cearense Chico da Matilde, abolicionista que impediu os jangadeiros de Fortaleza de fazer o transporte de escravos entre a Praia de Iracema e os navios. O bloqueio foi fundamental para forçar a assinatura da lei que, três anos depois, emancipou 35.508 escravos em todo o estado.

Hoje, na cidade fundada 19 anos após a abolição da escravatura no Ceará, ninguém se lembra da história de Chico da Matilde. Frecheirinha está localizada na porção noroeste do estado, às margens da BR-222, que liga o estado cearense ao Pará. É uma área de intercessão entre o sertão e a serra, que fica quase na divisa com o Piauí. Ali faz calor o ano todo, mas a vegetação é sempre verde e a água, abundante. Segundo os dados do Censo de 2010, o município tem 12.991 habitantes, 58% em área urbana.

Há duas décadas, as principais atividades econômicas da região eram a extração de cal e as plantações de milho e feijão. O passado agrícola começou a ser varrido em 1989, quando a primeira fabriqueta de lingerie se instalou no território, na garagem do número 219 da Rua Tenente Eufrázio, com apenas duas máquinas de costura e duas costureiras.

UÔÔÔÔÔUUUN! Às 7h da manhã, ouve-se de qualquer ponto da cidade o apito da maior fábrica, a Diamantes. É o início do expediente para os 1.200 trabalhadores das 18 confecções de roupa íntima concentradas no município. O som serve também de despertador para os demais moradores. Escolas, comércio e prefeitura só começam a abrir depois do alarme, que substituiu os badalos do sino da igreja.

Raimunda Souza, a Nonata, acorda meia hora antes disso. Quando ouve a sirene, apanha um saco cheio de sutiãs e calcinhas que trouxe para revisar em casa na noite anterior, deixa o marido dormindo e segue para o trabalho, a 30 metros de onde mora. Nonata tem 24 anos e começou tirando fiapo aos 12. Está acostumada com a rotina. Na Hardy Lingerie, a moça trabalha desde 2008.

A meta do dia para os 250 funcionários da Hardy é fabricar cerca de sete mil peças íntimas de todos os tipos. No departamento de arte, quatro empregados fazem o planejamento e a plotagem dos produtos. Do almoxarifado vêm os tecidos, elásticos, linhas, laços e rendas que vão ser utilizados de acordo com a referência da ordem do dia: o código 483/787, por exemplo, indica a fabricação de 700 pares de calcinha e sutiã de cinco tamanhos diferentes, com renda florida e bojo estampado, fecho de metal, lacinho e alça ajustável.

A linha de montagem é semelhante em quase todas as fábricas. Depois da plotagem, o tecido é cortado e costurado ao elástico e à renda. Em seguida, são colocados as alças, o fundo, o laço de enfeite e o fecho de metal. Cada tarefa é realizada por núcleos formados por até seis pessoas, e a retirada do fiapo é a penúltima etapa. No calorento galpão da Hardy, Nonata divide com quatro colegas o trabalho de cortar com uma tesourinha as linhas em excesso que as máquinas de costura deixaram, os pedaços de elástico e tudo mais que estiver sobrando na lingerie semipronta.



“As fiapeiras são fundamentais na revisão”, avalia Sandra Pinto, gerente de produção da Hardy. Peça que tem fiapo não pode chegar à loja porque ainda não está acabada. Para manter o ritmo das tesouras, um supervisor monitora o trabalho das cinco meninas do fiapo. “Se elas estão lentas, o gerente manda acelerar; se conversam demais, a função dele é chamar a atenção”, explica a gerente. No final do expediente, ele conta peça por peça e anota o que cada uma delas fez.

Juntas, em uma jornada, as fiapeiras devem tirar os fiapos de seis mil peças. “Não sei nem quantas eu consigo fazer, mas é um monte”, admite Nonata. As lingerie não revisadas durante o dia são divididas entre as funcionárias, que terminam o trabalho em casa. Numa quarta-feira, 3.025 lingerie que sobraram foram distribuídas entre as cinco para serem devolvidas prontas no

dia seguinte. Parte delas, cerca de 500, estava com Nonata. Na Hardy, as fiapeiras não são obrigadas a levar trabalho para casa, mas como ganham pelo que fazem, quanto mais fiapos tirarem, maior o salário no fim do mês. O valor do trabalho da fiapeira na Hardy Lingerie é de três centavos por lingerie revisada.

Raros são os dias em que Nonata não leva trabalho para casa. Como é considerada uma das funcionárias mais rápidas, chega a tirar uma média de R\$600 a R\$800 por mês, o que significa cortar os fiapos de cerca de 26.600 peças. Desse total, quase dez mil serão feitas fora do expediente. Se ela optasse por não fazer hora-extra, a renda de Nonata cairia para R\$485 mensais.

Errar o corte em uma peça pode sair muito caro. Quando acontece, o preço de venda é abatido no salário da fiapeira no final do mês. Tem peça que é mais difícil de limpar. As mais trabalhadas e caras demoram mais, são mais fáceis de danificar e, por isso, a quantidade final pode variar. As lingerie mais baratas da Hardy custam R\$2, e as mais caras chegam a R\$15. Na Diamantes, esse valor pode alcançar os R\$50.

“Ficar devendo o salário todo eu tenho medo”, assume Nonata. Os olhos baixos,



Um simples erro
pode custar caro no
trabalho incansável
das fiapeiras

tesoura à mão, *tec tec tec tec*. Já em casa, ela corta sem parar enquanto dura a conversa. As peças, ela espalha sobre a cama do casal. A TV, que ela só ouve, mas não vê, está ligada na novela, e um ventilador afasta o calor e os pernilongos, *tec tec tec tec*. Logo, o chão estará coberto por um tapete de fiapos. A fiapeira parece exausta, mas ela sabe que não pode parar.

Nonata coça um dos olhos afastando o sono. Suspira, escolhe outra peça no amontoado de calcinhas e diz: “Tem umas meninas que ficaram sem ganhar uns meses, aí”, *tec tec tec tec*. “Mas não tem outro jeito, né, tem que trabalhar...” As mãos ágeis e as vistas rigorosas revisaram ao longo daquele dia mais de 1.200 lingerie.

A LEI Nº 10.803 DE 11 DE DEZEMBRO de 2003 define que o trabalho escravo é “reduzir alguém à condição análoga a

de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão da dívida contraída com o empregador proposto”.

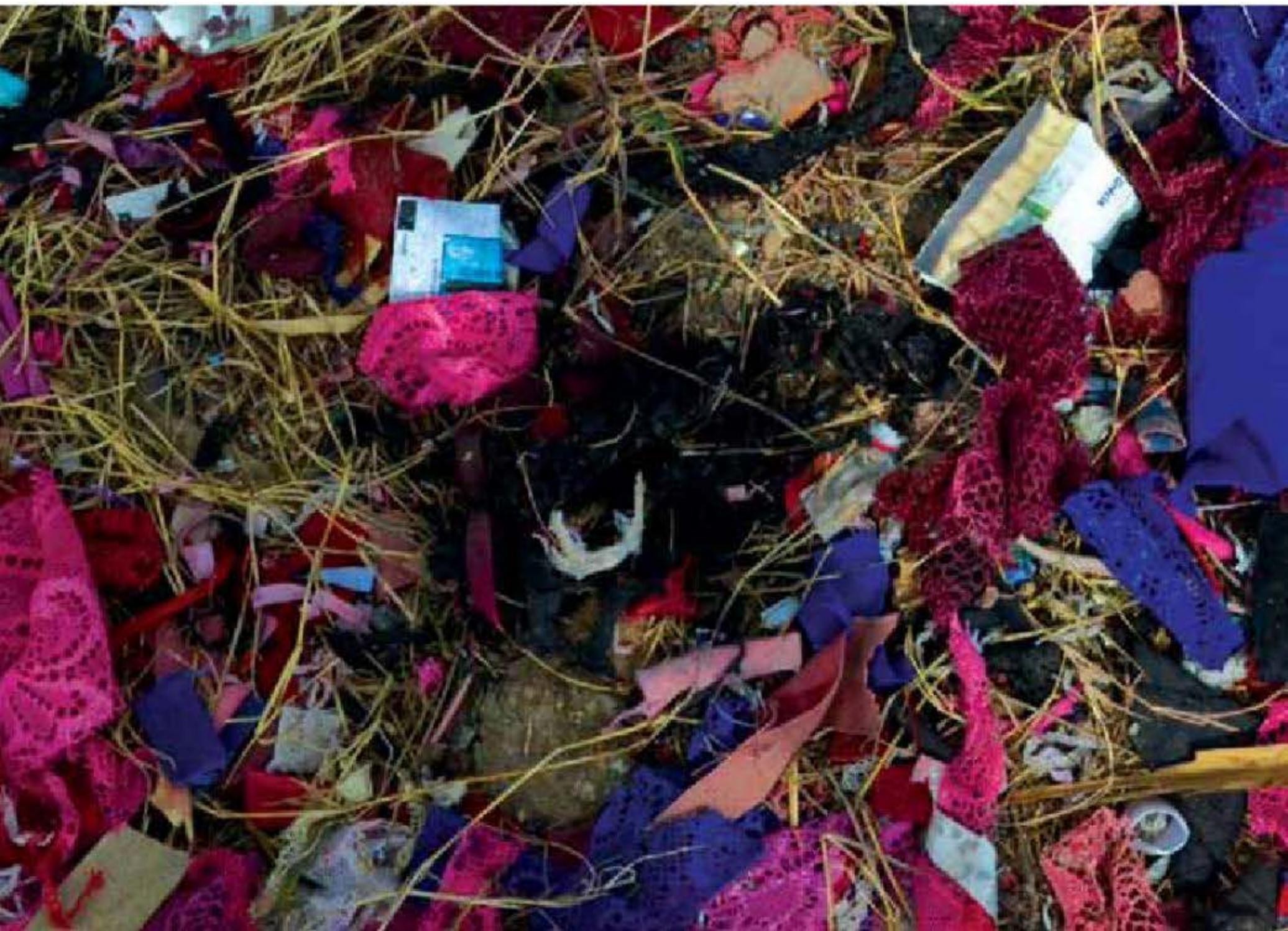
Para o procurador e coordenador nacional de erradicação do trabalho escravo do Ministério Público do Trabalho, Jonas Moreno, a legislação é clara. “Estão contempladas no texto da lei mesmo aquelas realidades que não foram previstas pelo legislador, mas que existem na mente criativa do infrator”, explica. O procurador esclarece que, quando há situações de trabalho forçado, restrição de liberdade, submissão de jornada exaustiva ou trabalho degradante, o crime pode ser tipificado. “Essas práticas não precisam estar combinadas, basta que uma delas exista”, garante Moreno.



A pena máxima prevista para quem submete pessoas a condições análogas a de escravo é de oito anos de prisão, além de multa. De 1995 a 2011, mais de 41 mil pessoas foram resgatadas pelo Ministério do Trabalho. Na opinião de Moreno, os dados revelam a dificuldade que o país ainda tem em fiscalizar, punir e prevenir o crime. Só em 2012, o governo federal conseguiu libertar 2.560 trabalhadores explorados, dos quais 2% em atividades urbanas. “Para essa categoria, as estatísticas no Brasil estão subestimadas”, completa.

O trabalho escravo urbano existe no Brasil desde o período colonial. Na década de 1980, um século depois da abolição da escravatura, o fenômeno se camuflou na indústria brasileira do vestuário como

Os fiapos das
lingeries revisadas
são descartados e se
acumulam pelas ruas
de Frecheirinha





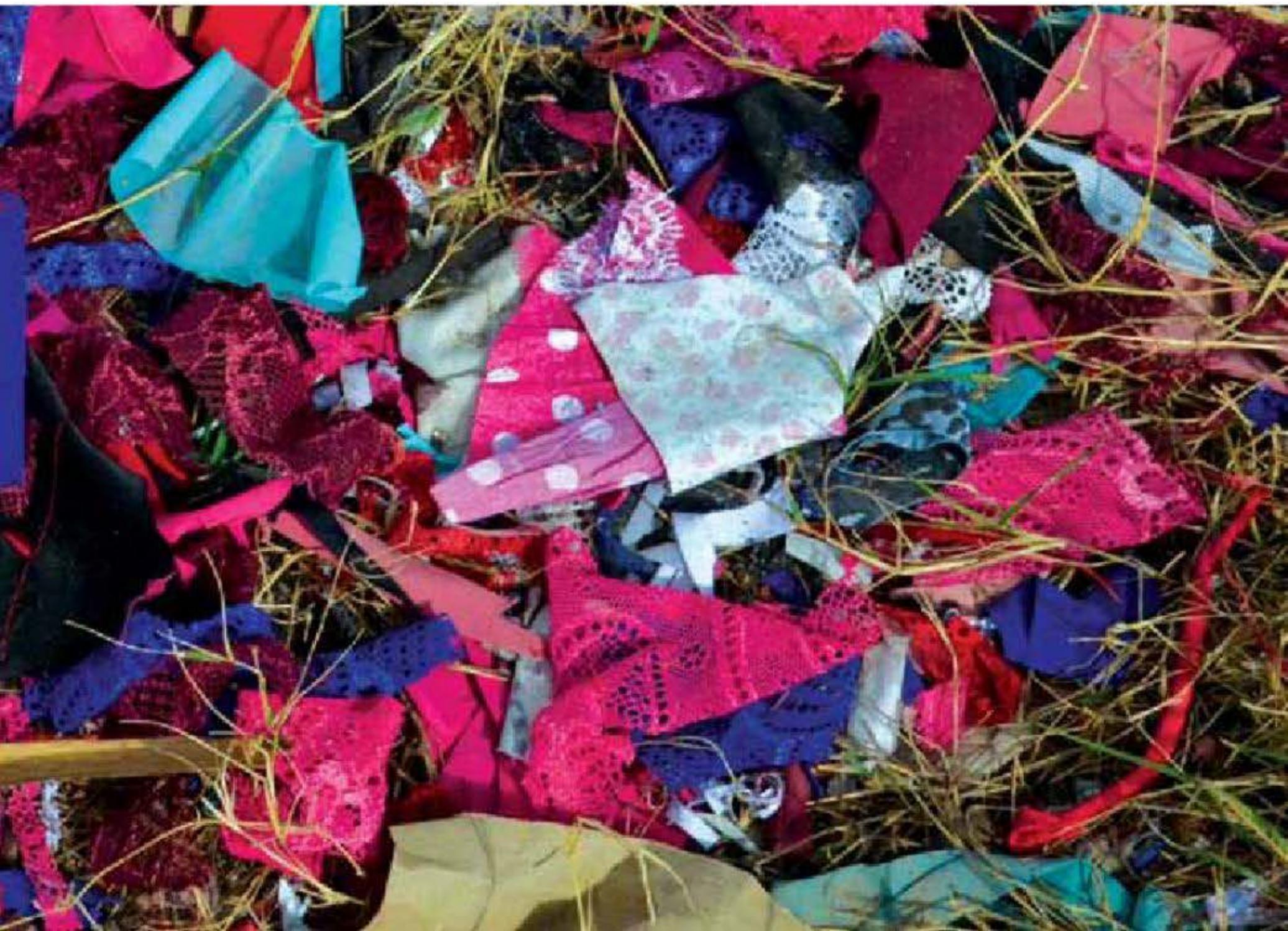
uma consequência do fortalecimento do mercado têxtil no país e das altas taxas de desemprego em nações vizinhas. Esses fatores fizeram dos imigrantes latinoamericanos em busca de melhores condições as principais vítimas do trabalho escravo contemporâneo e urbano no Brasil, segundo informa um relatório das Nações Unidas publicado em 2010.

São bolivianos, peruanos e paraguaios que desembarcam ilegais no país a procura de emprego. A pobreza extrema, o medo da deportação e a dificuldade de se adaptarem aos costumes de um país diferente os tornam vulneráveis ao trabalho escravo. Para permanecer no Brasil, eles se submetem a condições degradantes impostas por donos de

tecelagens irregulares, onde a regra é reduzir ao máximo os custos de produção.

Longe das metrópoles, a pequena Frecheirinha não desperta interesse da mão de obra estrangeira. Ali, patrões e funcionários compartilham a mesma vizinhança. À missa, ombro a ombro, eles debulham velhos terços de madeira todos os domingos enquanto entoam orações monocórdias e, a cada ano, participam juntos dos festejos da cidade em honra à padroeira. As famílias mantêm relações entre si há décadas, de modo que, se nem todo mundo tem algum parentesco entre si, todos se conhecem.

“Nos casos em que há um nível de complexidade maior na organização social, onde as raízes familiares e históricas estão sedimentadas, a relação entre empregador e empregado é diferente da praticada com os imigrantes ilegais”, explica a cientista social Natália Suzuki. Ela é coordenadora do programa



Escravo Nem Pensar, segmento da Repórter Brasil, uma das organizações não governamentais mais importantes para o combate ao trabalho escravo no país.

“A exploração é a mesma em qualquer lugar, mas o modo sobre o qual ela opera no interior é diferente, e talvez mais perverso”, analisa. “Não é o medo de ser expulso do país que o mantém naquela situação. Mas a honra, a vergonha de ter alguma dívida financeira e moral com um ente importante naquela sociedade”, explica Natália. “Nesse caso, o que mais importa é a privação da dignidade. O funcionário vê no empregador a figura

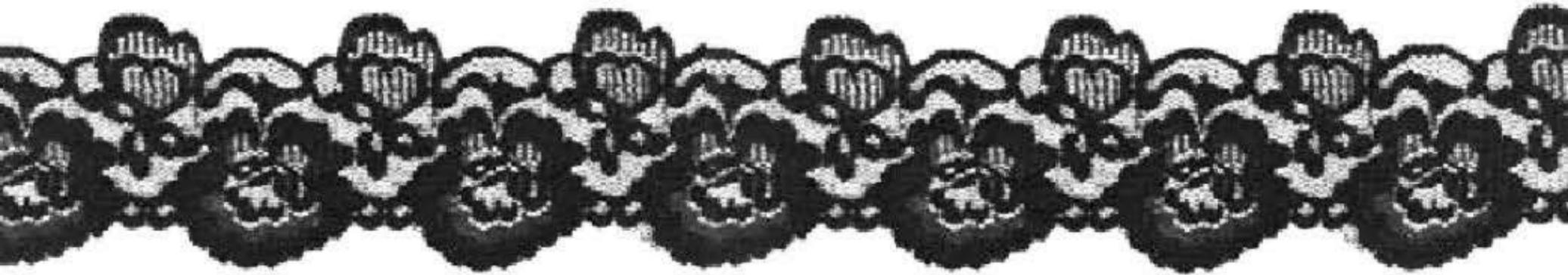
de benfeitor que fez o favor de dar a ele um trabalho, mesmo sob condições degradantes. O sentimento que o explorado tem, muitas vezes, é de gratidão.”

A cientista social não se surpreende que os mecanismos de exploração estejam presentes nas relações de trabalho das indústrias do interior do Brasil, assim como estão nas metrópoles. “É uma herança clara do coronelismo, mandonismo, paternalismo. O perfil econômico de algumas cidades mudou, a indústria cresceu, mas as relações de trabalho não evoluíram no mesmo ritmo”, avalia.

A FRECHEIRINHENSE NEYS SILVA TEM 39 anos e trabalhou como fiapeira por mais de 15. Ela passou pela maioria das confecções da cidade, mas, como

“Fiquei sem nada, saí com uma mão na frente e outra atrás”, conta Neys Silva, ex-fiapeira





tantas outras fiapeiras, preferia fazer o acabamento das peças em casa, fora dos galpões das fábricas. Neys nunca teve a carteira de trabalho assinada, nem qualquer direito trabalhista pago pelas empresas para as quais prestou serviço.

Nesse tempo, ela viu algumas confecções abrirem e prosperarem. Outras fecharam as portas do dia para a noite. Neys era considerada uma das tiradoras de fiapo mais experientes da região e a casa onde mora com a família está de pé graças ao trabalho dela. Hoje, tudo o que Neys quer é manter distância dos fiapos e do *tec tec* das tesouras.

“Pra mim não tinha tempo ruim”, conta a ex-fiapeira. “Já trabalhei doente, grávida, de resguardo, de dia e de madrugada. O dinheiro era pouco, mas era o que tinha. Em casa, todo mundo ajudava. Essa daí”, e aponta uma das filhas, a mais velha, “começou no fiapo desde cedo. O meu menor até dormia por cima das calcinhas enquanto a gente trabalhava. Aqui era assim: ou vai pro fiapo ou pro roçado, porque dinheiro não cai do céu, né?”

Quinze mil e duzentas peças, ou R\$380, era o que Neys conseguia fazer em um mês. Para complementar a renda da família, ela também acompanhava o marido no cultivo de grãos e vendia cosméticos de revista. A fábrica de lingerie para a qual trabalhou por último foi a Diamantes, e o vínculo durou três anos e 11 meses. À época, a maior empresa da cidade pagava à ex-fiapeira o valor de dois centavos e meio por cada lingerie revisada. Pelos últimos três meses de trabalho, Neys não recebeu nenhum tostão.

“Eles diziam que eu estava devendo, e que tinha de compensar umas peças que eu havia danificado. Eu pedia pra ver as

calcinhas cortadas, e nada. Ainda assim, não deixei de tirar fiapo.” Em janeiro de 2011, a empresa entregou a Neys cinco conjuntos de lingerie que teriam sido inutilizadas por ela e a dispensou. “Nunca cortei aquelas peças, e, mesmo que tivesse feito, o valor delas não dava nem a metade do que eles disseram que eu devia. Fiquei sem nada, saí com uma mão na frente e outra atrás”.

O caso foi parar na Justiça do Trabalho. O processo de reclamação trabalhista de número 0337-14, julgado na Vara de Sobral em 2 de maio de 2011, ignora a relação de dívida contraída com o trabalho, a jornada extenuante e a ínfima remuneração às quais Neys estava submetida, três condições que qualificam o trabalho análogo ao de escravo.

Às vésperas do julgamento da ação, Neys recebeu um telefonema de Claudenia Araújo, uma das sócias da Diamantes Lingerie. “Ela me disse que eu não era ninguém e que esse processo não ia dar em nada porque eu era nada. Isso me doeu muito, mais do que a demissão. O que ela me disse não tem perdão”.

No processo, a defesa da Diamantes Lingerie alega que “a reclamante prestou serviços de acabamento nas peças apenas de forma esporádica e autônoma, jamais existindo vínculo de emprego entre as partes”. Consta ainda no relatório da ação que Neys, como autônoma, tinha a liberdade para contratar alguém se quisesse aumentar a produção.

“Com a mixaria que eu ganhava, como é que eu podia contratar alguém? Eles disseram um monte de absurdo”, contesta a ex-fiapeira. “Disseram que eu não precisava cumprir meta, que ninguém



fiscalizava meu trabalho, que eu não seria repreendida se não conseguisse terminar tudo. Mas às vezes eles tinham uma entrega grande pra fazer no dia seguinte e quem tinha que dar conta era eu.”

Para justificar a inexistência de vínculo empregatício, os advogados da Diamantes garantiram que Neys era responsável por comprar os próprios equipamentos. “Eu nunca comprei uma tesoura pra tirar fiapo, eu juro. Sempre que uma cegava, eu ia lá e buscava outra na fábrica.” Outra fiapeira, Maria de Fátima Nascimento, depôs a favor da colega Neys. “Eu estava muito nervosa, nem sabia direito o que o juiz estava me perguntando. Só sei que não é certo o que fizeram com a Neys”, declara a ex-funcionária da Diamantes.

A decisão do juiz acabou favorecendo a Diamantes Lingerie porque Neys não conseguiu provar a relação de trabalho com a fábrica a despeito das provas que a empresa apresentou. Depois do julgamento, Maria de Fátima foi acusada de roubar uma camiseta que custava

R\$23. “O encarregado disse que estava faltando essa peça no meu monte, mas eu disse que não estava comigo. Uma semana depois, eles acharam a camiseta e aí eu disse que também não queria mais trabalhar pra eles.”

Maria de Fátima não vê relação entre a acusação de roubo e o depoimento dela contra a empresa. “Acho que não foi punição. Eu saí porque escolhi, porque me senti humilhada. Não quero mais nada com eles. O trabalho no fiapo não compensa.”

Nas calçadas do Cairal, bairro pobre onde vive Maria de Fátima, outras dezenas de marias passam as tardes nas calçadas tirando fiapo de lingerie. Maria Micaeli, Maria Alessandra, Maria Enízia. “Aqui o que mais tem é fiapeira. A vizinha aqui do lado também é, a menina aí da frente, e a que mora lá naquela casa azul da esquina”, aponta a fiapeira Maria Benoísta, de 26 anos. Ela mostra as três sacolas cheias de calcinha que acabaram de chegar da confecção para a qual trabalha. “Isso aqui eu tenho que terminar até amanhã. Aí,

Nas calçadas do Cairal, mulheres passam as tardes tirando fiapo

eu mando buscar, eles vêm e trazem mais.”

Enquanto o marido não consegue emprego, Maria Benoísta faz como pode para manter a casa e os três filhos com os R\$200 que ganha tirando fiapo. “Quando soube que a fábrica estava precisando de fiapeira, eu não contei pipoca”, recorda. “Eles perguntam: ‘você quer o emprego mesmo? As peças são caras, se você estragar, tem que pagar.’ Mas fora isso o que eu posso fazer?”

Ela lembra que já enfrentou muita dificuldade, e não quer mais ver os filhos passarem fome. A família também recebe R\$134 da Bolsa Família. “O dinheiro dá para uma feira, só. Aí, eu consigo uns descontos, compro alguma coisa que os meninos estão precisando. Não é muita coisa, mas a gente sobrevive.” Maria Benoísta pensa no futuro e sorri otimista enquanto afaga uma das filhas que, como tantas fiapeiras de Frecheirinha, também se chama Maria.

A PROPRIETÁRIA DA HARDY LINGERIE, TEREZINHA Santos, caminha orgulhosa por entre as células da linha de montagem da fábrica que lidera. A empresária cumprimenta todos os funcionários e os trata pelo nome, com intimidade. “Eles são minha família. Assim como eles, eu sou nascida, criada e formada em Frecheirinha.” A viúva, o único filho e a nora



são os responsáveis por uma das mais importantes confecções de peças íntimas da cidade.

“Antes das fábricas, Frecheirinha nem existia no mapa. Hoje, nossos produtos estão em todo o país”, revela Terezinha. Espalhada por boa parte dos estados do Norte e Nordeste, a Hardy produz, em média, 150 mil peças por mês e movimentada, no mesmo período, perto de R\$1 milhão. “Começamos a vender no Rio de Janeiro, São Paulo e, em breve, chegaremos ao Distrito Federal e até mais longe. Somos uma força econômica e industrial no meio do nada”, sintetiza.

Terezinha acredita que foi graças à indústria de roupas íntimas que os frecheirinhenses puderam conquistar alguma dignidade. “Éramos uma cidade muito pobre, não tinha emprego para todo mundo, só o que tinha era gente passando fome. Olha só pra hoje! As novas gerações não sabem como era isso daqui”, descreve.



A empresária é quase uma unanimidade em Frecheirinha. Os funcionários a admiram, e os ex-empregados se espelham nela. “É uma mulher incansável, que está sempre trabalhando. Dá duro desde os oito anos, já trabalhou na roça, já passou fome. Ela não tinha nada, e ter chegado até aqui é um exemplo para todo mundo”, elogia a nora, Melissia Costa. Terezinha fala de si sem modéstia: “Aqui eu mato mil leões todos os dias.”

Para ela, o maior desafio é combater a apatia dos empregados. “Tem muita gente que não quer nada com o trabalho. Nós investimos em todos eles. Treinamos, oferecemos oportunidades, damos vantagens.”

O treinamento de um funcionário novo dura, em média, seis meses. Na maioria das fábricas, há um núcleo só de capacitação, e a rotatividade é muito grande. Sem incentivos fiscais e driblando as dificuldades de escoamento da produção de uma cidade industrial no interior do estado, as empresas precisam pagar caro para assumir compromisso com um empregado que nem

sabem se vão contratar e, com frequência, preferem mantê-lo na informalidade.

“Tem cesta básica pro funcionário do mês, festa pro núcleo que bate meta, e mesmo assim às vezes as pessoas só estão pensando no ganho imediato, não em crescer”, justifica Terezinha. “Fazemos de tudo pro ‘cabra’ ficar, mas é um desafio lidar com o desinteresse.”

Para a promotora de justiça da cidade, Caroline Rodrigues, é papel do empregador manter as condições adequadas para a realização do trabalho dos funcionários. “Eles têm uma obrigação moral com essa população. Tem adolescente de 13, 14 anos que está largando a escola para ganhar R\$200 nas fábricas, isso é um absurdo.”

Caroline é a única autoridade da cidade, e não teme a fama de ser uma pedra no sapato de empresários que não cumprem a lei. “Frecheirinha não tem delegacia, não tem defensor público e a Procuradoria do Trabalho fica em Tianguá, do outro lado da serra. A cidade parece que é feita para não funcionar, nem sindicato tem.

Então, tudo o que acontece aqui vem para o fórum.”

A promotora, natural de Fortaleza, foi nomeada em Frecheirinha no início de 2011. “Quando cheguei, conheci uma senhora que trabalhava com fiapo e ganhava R\$5 para cada sacola enorme de lingerie, em situação de quase mendicância”, conta. “O que me chamou a atenção foi o estado das mãos dela. Vermelhas, descascadas, cheias de calos, como as de alguém que supera os limites para conseguir trabalhar.”

Caroline motivou uma operação de fiscalização do trabalho em abril de 2012 porque constatou irregularidades nas folhas de ponto de algumas empresas às quais teve acesso. “Veio perito, auditor do trabalho e promotor. Eles fotografaram banheiros inadequados, uniformes impróprios, instalações de risco, quadros de metas. O que pode ser feito foi feito, e os estabelecimentos foram multados e obrigados a regularizar a situação dos funcionários. Mas as fiapeiras fugiram dos fiscais”, ela explica.

“O trabalho no fiapo não compensa”, afirma Maria de Fátima, fiapeira por seis anos

Ela acrescenta que a situação das fiapeiras é a mais dramática porque, já que a maioria não trabalha dentro das fábricas, essas funcionárias são invisíveis aos olhos da fiscalização. “Elas são fantasmas. Ninguém as vê, ninguém sabe a que horas estão lá. É como se não existissem. Os empregadores preferem fechar os olhos, porque é uma mão de obra praticamente gratuita, extremamente necessária e nem precisa de treinamento”, declara a promotora.

Apesar de reclamarem do excesso de trabalho e do pouco que ganham, muitas fiapeiras não encontram condições para sair da situação de exploração. A promotora avalia que, em geral, essa é uma função exercida por pessoas carentes, sem instrução, e que não conseguem se qualificar para atividades mais bem remuneradas. “As fiapeiras não querem ter carteira assinada para não perder a Bolsa Família ou a aposentadoria rural que ganham”, explica. “Elas aqui têm poucas opções e, enquanto se contentam com as migalhas que ganham, as fábricas prosperam.”



FORWARD

Estudantes brasileiros deixam o país para cursar medicina. Os destinos são diferentes, mas as histórias guardam muitas semelhanças. A saudade de casa acompanha o desejo de um dia serem médicos. Até onde sonhos e a vontade de concretizá-los são capazes de levar tantos jovens?

ALÉM
das

deixadas

Texto | Paula Bittar
Fotos | Isabelle Araújo e Paula Bittar
Diagramação e arte | Luisa Bravo



f

oram dois dias de viagem de avião até Moscou. Os dois anos no cursinho pré-vestibular e os meses anteriores à partida passavam como filme na cabeça de Pedro Henrique Guimarães, 23 anos. Entre a confusão dos sentimentos que o acompanharam naquele voo, o sonho de estudar medicina justificava a decisão por um destino tão longe de casa.

Chegou à capital russa às 5h, no dia 30 de abril de 2010. Exausto, anestesiado pelo cansaço e por um frio que nunca sentira, desorientação era o adjetivo mais brando para definir os primeiros minutos no país que o abrigaria nos sete anos seguintes.

Ao entrar no ônibus que levaria 45 brasileiros para Belgorod, cidade onde fica a faculdade, Pedro sentou e cochilou. Acordou com gritos do motorista. Assustado, sem entender uma palavra sequer, só conseguiu perceber que o motivo da bronca era o pé em cima da poltrona. “Aquilo lá me doeu tanto. Foi naquela hora que caí na real de que estava lá. Chorei, chorei...”, lembra, enquanto segura novo choro. “Tem hora que agradeço aquilo. Me fez uma pessoa mais forte naquele momento, mostrou o que teria que enfrentar”, acrescenta.

Pedro saiu de Goiânia, Goiás, cheio de expectativas, medo e dúvidas. Hoje, 12,4 mil quilômetros o separam da cidade natal. Belgorod fica ao Sul da Rússia, a quase nove horas de Moscou. Tem pouco mais que 353 mil habitantes e, no inverno, registra temperaturas de até -38°C .

O medo de não dar conta do curso acompanha Pedro desde o início. Cultura diferente, língua desconhecida, distância de casa, dificuldades de morar sozinho, ensino rigoroso, preconceito, tudo pesa nos momentos de fraqueza, quando a saudade dói demais e a desistência domina todos os pensamentos. Por muitas vezes, pensou em voltar, mas o período de pré-vestibular machucou muito mais do que todos os problemas enfrentados nos dois primeiros anos na Rússia. “Prefiro passar tudo o que estou passando a [fazer] cursinho. Cursinho não é vida.”

Marja Pizão, 31 anos, deixou o país para seguir o sonho. Três anos no curso pré-vestibular; cinco anos de enfermagem na Universidade de Campinas (Unicamp); mais três e meio de trabalho na área. Hoje, estudante do quarto ano de Medicina na Argentina. Foram precisos anos para ela perceber que não seria feliz senão na medicina.

“No cursinho, a gente estuda, estuda e não surte efeito. Eu me perguntava: será que é Medicina mesmo? A gente tenta fugir escolhendo outro curso, mas não adianta”, conta Marja.

“A oportunidade que tem para mim é essa? Então, não me importa as dificuldades. Vou ter o diploma que eu sempre quis”, afirma.

Dois trajetórias diferentes dentre tantas outras. O início se repete: anos no cursinho, incômodo de não ser nem secundarista nem universitário, rotina maçante, tristeza de não ver mais uma vez o nome na lista dos aprovados, as mesmas frases feitas ouvidas a cada nova matrícula, às vezes outro curso superior, pressão dos pais, dos professores e, a maior, a própria. Do turbilhão de pensamentos, a sensação de fracasso acompanha todas as ideias. A oportunidade de sair do país para estudar medicina torna o sonho realidade para muitos jovens brasileiros. Novo recomeço que está longe de ser uma decisão fácil de encarar. “Aprendi que na vida não pode ter atalho. O atalho é mais difícil que o caminho correto, mas não me arrependo”, desabafa Pedro Henrique.



Gabrieli e Marja em frente à faculdade que abriu as portas para se formarem médicas

Antes de ir para a Argentina, Gabrieli do Pilar, 23 anos, fez quatro anos de cursinho em Dourados, Mato Grosso do Sul. “Minha mãe sempre fala que não foi por falta de estudo que não passei. Eu me pressiono demais. O cursinho me traumatizou. Não conseguiria entrar naquela escola de novo. Sentia vergonha de não ter passado”, desabafa.

Hoje, no quarto ano de medicina na Fundación Héctor Barceló, em Buenos Aires, as angústias do tempo de pré-vestibular ficaram para trás. O sonho de ser médica nasceu aos oito anos de idade, quando o avô foi diagnosticado com câncer. “A partir daquele momento em que entrei no hospital e a médica me mostrou as células cancerígenas ali no microscópio, falei que era isso que queria para a minha vida”, recorda-se.

Sair do país é o resultado da desistência do cursinho ou do caminho que não satisfaz o jovem. Para quem não viveu esse drama é difícil imaginar ou mesmo sentir as aflições quanto ao futuro próximo que cedo exige uma definição. A angústia se confronta com a ansiedade e o destino se vê desenhado longe de casa.

Um pé lá fora

Não há dados oficiais do total de brasileiros que estudam medicina no exterior. De acordo com o Ministério das Relações

Exteriores, é difícil obter esse número, pois não é exigido nem necessário informar o motivo da viagem, itinerário ou tempo de permanência. Os consulados brasileiros no exterior fazem campanha para cadastramento, mas poucos estudantes o realizam. Devido à não obrigatoriedade do visto para entrar nos países da América do Sul e na Rússia, muitos começam a faculdade sem regularizar a permanência. Os consulados emitem visto de estudante, mas não têm informações no cadastro sobre o curso dos estudantes brasileiros. Embaixada de Cuba é a única que informa o número certo, porque realiza o processo de seleção. Em Cuba, há 591 brasileiros. De acordo com a assessoria que faz o intercâmbio dos alunos para Rússia, há por volta de 350. Só na Bolívia, a estimativa do consulado brasileiro é de que haja entre 10 mil e 15 mil estudantes brasileiros de Medicina.

Os estudantes entrevistados pela **Campus Repórter** fizeram pelo menos um semestre de cursinho antes de decidirem pela graduação fora do país. Em algumas instituições públicas, primeira opção de muitos estudantes, a concorrência passa de cem candidatos por vaga. A segunda alternativa é a universidade particular, mas a mensalidade é alta. Comparando gastos com moradia, alimentação e curso, faculdades no exterior – principalmente

latino-americanas – saem mais baratas do que as brasileiras.

Aos oito anos, depois de perder o avô, Lucas Rodrigues, 23 anos, natural de Fortaleza, decidiu ser médico. No ensino médio, ao ver a grande concorrência pelo curso de Medicina, com um ano de cursinho, desistiu e fez fonoaudiologia na Universidade de Fortaleza (Unifor), particular. “É um curso legal, mas não me apaixonei pela profissão. Terminei querendo Medicina”, diz. Já formado, voltou a tentar o vestibular tanto em federais quanto particulares. Não passou.

A mensalidade do curso de Medicina na Unifor custa R\$ 4.526, quase seis vezes mais que o valor mensal da primeira graduação de Lucas. A família podia arcar com os custos da faculdade particular, mas ele não quis: “Mais de R\$ 4 mil só para estar lá dentro é inconcebível”. A opção foi tentar estudar na Argentina. Como universidades *hermanas* não têm vestibular, concorrência não é empecilho e os custos são bem menores. No primeiro semestre de 2012, Lucas começou faculdade particular na Fundación Hector Barceló. Por mês, ele gasta 3,5 mil pesos; só a mensalidade custa mil pesos no primeiro ano. O total equivale a R\$ 1,5 mil.

“Você falava desde pequenininha que queria ser médica, agora está aí fazendo outro curso”, lembra o que muitas vezes ouviu da mãe Caroline Baroni, 23 anos. Ao terminar o terceiro ano, passou para fisioterapia na Universidade Estadual de Paulista (Unesp). Chegou até o sexto semestre da graduação, mas trancou o curso. Fez cursinho pré-vestibular por mais três anos. Passou em uma faculdade particular em Santa Maria, Rio Grande do Sul, mas a mãe não podia bancar os custos. “No Sul, são quase R\$ 6 mil só a faculdade. Se eu tivesse passado na minha cidade, eu ficaria”, garante.

Por fim, decidiu tentar medicina na Argentina e escolheu a Universidad de Buenos Aires (UBA), instituição pública sem limite de vagas. Os prêmios Nobel da UBA foram um dos critérios que determinaram

a escolha. Já Pedro Henrique Guimarães analisou também a grade curricular e a carga horária oferecida.

A decisão é difícil. Por isso, estudantes que escolhem a graduação em Medicina fora do Brasil buscam informações com brasileiros que estão no exterior e até mesmo com assessorias especializadas em enviar estudantes para fazer Medicina. Há empresas que auxiliam na viagem do aluno e oferecem pacotes com diferentes serviços, como documentação, hospedagem no primeiro mês, matrícula – no caso de faculdade paga –, entre outros. Juliana Wisnievski da Cunha, diretora de uma agência de intercâmbio, viu o número de brasileiros que procuram estudar na Argentina aumentar ao longo dos anos. Ela atribui o crescimento ao bom nível de educação oferecido no país argentino. “Hoje, levamos em torno de 600 alunos por ano. A forma de ingresso é diferente do vestibular no Brasil, mas o primeiro ano não é fácil”, ressalta.

Em média, o serviço dessas empresas fica em torno de R\$ 3 mil para quem escolhe a Argentina. Caroline Baroni pagou R\$ 3,1 mil. Pedro, para ir para Belgorod, na Rússia, desembolsou R\$ 15 mil. “Eu não sabia fazer todo o processo sozinho. Naquela época, sem assessoria, seria um tiro no escuro”, afirma Pedro.

Controle de qualidade

No Brasil, os preços entre as universidades variam muito. Estudantes que não conseguem pagar a mensalidade integral podem financiar 100% do curso pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Entretanto, para muitos jovens, depois de tentar vestibular no Brasil e não passar, estudar fora do país ainda é a melhor opção. Embora haja financiamento e faculdades com mensalidades mais baratas no Brasil, o quesito qualidade elege o novo caminho. No caso de Pedro Henrique Guimarães, um bem distante. “Os cursos no Brasil ou na América Latina não têm a qualidade que encontrei aqui na Rússia”, compara.

A pesquisa feita antes de iniciar o curso pouco adianta no retorno para o Brasil. A excelência que respalda a decisão está longe de ser um critério mensurável e analisado na hora de validar o diploma.

O Conselho Federal de Medicina (CFM) defende que o Revalida, exame nacional, deveria ser o único meio para validação do diploma médico adquirido no exterior. “Dizem que o nosso posicionamento tem relação com corporativismo e defesa de espaço de trabalho. Isso não é verdade. O ensino médico no Brasil tem muitos problemas e deficiências. Imagine em instituições de países como Bolívia, Argentina e outras. Não estou dizendo que não são boas, mas que não temos controle sobre esse ensino. A nossa defesa é pela qualidade profissional destinada à população”, argumenta o conselheiro Alceu Pimentel, do CFM.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), nos processos de supervisão dos cursos, eles são visitados por técnicos que verificam as condições de oferta, observando três aspectos principais: composição do corpo docente, infraestrutura e projeto pedagógico. Com base nas visitas, as instituições têm prazo para cumprir determinações do órgão e, após o prazo concedido, é feita nova verificação.

Graduação e rigor

Quando chegou ao país, Pedro Henrique não sabia falar o idioma. Na faculdade em Belgorod, o estudo é na língua russa. Em Kursk, a 120 km da cidade em que Pedro mora, os cursos são ministrados em inglês, por isso há mais brasileiros matriculados, ao todo 250 estudantes. “Na época em que escolhi a faculdade, não vi lógica em estudar em inglês na Rússia. Pensei: faço todo o curso em inglês e, depois, atendo o paciente no internato como?”, raciocina. O primeiro ano corresponde ao curso básico em que estudou russo e outras disciplinas, como física, matemática, biologia e química. Depois dessa primeira etapa, os alunos fazem prova para ingressar na faculdade de Medicina, por isso o curso dura sete anos — um ano a mais do que no Brasil.

Toda avaliação é oral, momento em que os professores se mostram mais rigorosos com os estrangeiros por causa do idioma. “Eles pisam muito. Falam que você não dá conta, para voltar, que não é para você, que a Rússia é para os russos”, repete Pedro.

O sistema de avaliação também é muito rigoroso na Argentina. “Aqui, se você não ler o livro, estudar em casa a matéria, é perda de tempo ir para a aula. O professor vai para esclarecer. Ele não mastiga matéria e, sim, tira dúvidas”, relata Renata Oliveira.

A história da curitibana de 34 anos é bem diferente da maioria dos estudantes brasileiros em Buenos Aires. Chegou a fazer quatro anos de cursinho, mas não passou. Antes de decidir pelo curso de Medicina no exterior, Renata Oliveira, fez três graduações em Curitiba e alguns anos de pré-vestibular, mas desistiu. “Meu pai fazia uma piada que eu odiava em todas as festas dele: ‘Minha filha aqui está se formando em cursinho’”, lembra Renata.

Decidiu ir para a Argentina depois do incentivo de um amigo que estava lá. Em 2006, matriculou-se na Fundación Héctor Barceló. Os estudos foram interrompidos por duas gestações de risco que a forçaram a voltar à cidade natal para dar a luz. Em 2012, sem condições financeiras para





Renata com os filhos Giovanna e Pietro: eles colocaram a medicina em segundo plano, mas hoje são a força que impulsiona a mãe a não desistir do curso

pagar a universidade, recomeçou o curso na Universidad de Buenos Aires.

“Eu coloquei na minha cabeça que não iria ser feliz se não fosse médica. Depois dos anos aqui, aprendi que a Medicina não é fundamental para mim. A Medicina é a realização de um sonho. Hoje, a minha felicidade são meus filhos.”

Para Gabrieli do Pilar, o primeiro ano foi bastante difícil. “Só sabia o espanhol da escola, que era ler e escrever para o vestibular”, afirma a estudante. Em países da América do Sul em que o idioma falado é o castelhano, o “portunhol” dos brasileiros é a língua do início. Aos poucos, aprendem com amigos ou fazem curso. No primeiro ano, não passam por prova oral, pois precisam fazer o que em algumas faculdades chama-se *pregrado*, espécie de ensino médio do Brasil, quando os estudantes reveem matérias, como química, física e matemática, e precisam ser aprovados nas provas para ingressar no primeiro ano de Medicina.

A cultura de ensino e língua diferente não ajudam quando as mesmas deficiências de conteúdo trazidas do Brasil são mais uma vez exigidas. Ao pensar que os problemas com matemática na Argentina estariam resolvidos, o estudante

descobre não ser bem o que imaginava.

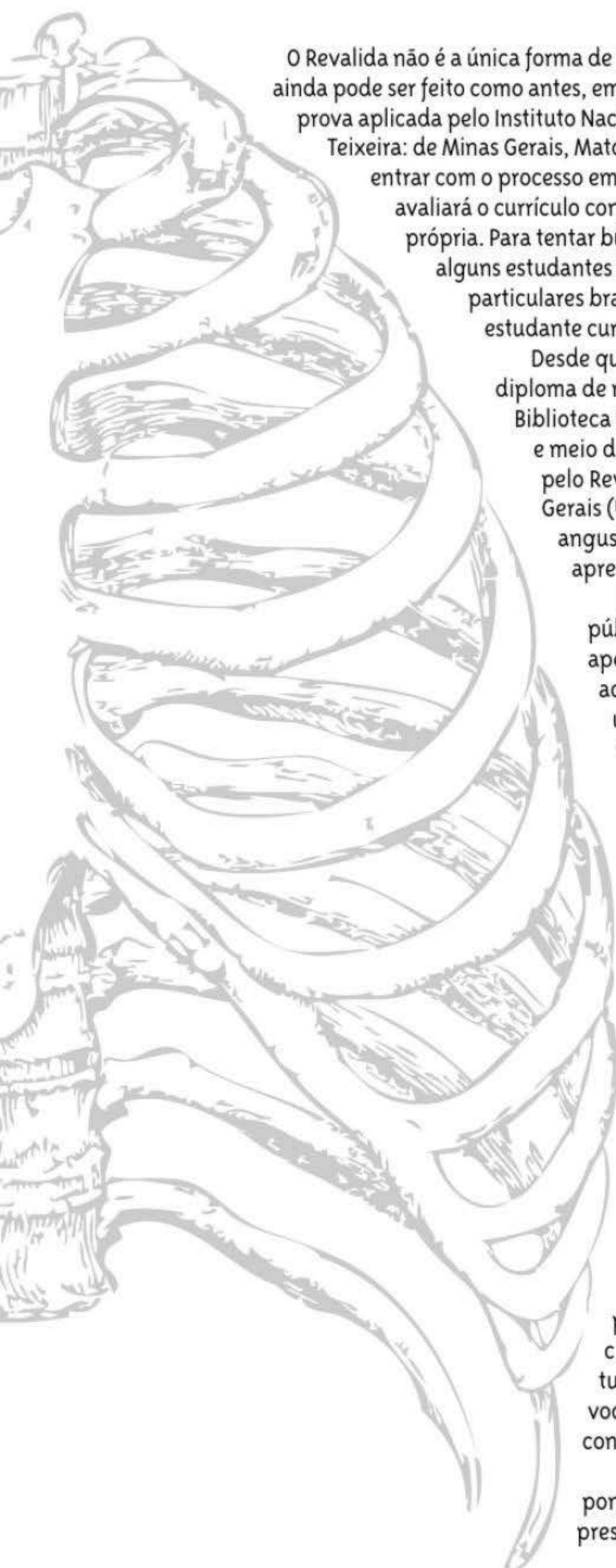
Dos quatro calouros entrevistados no início de 2012, uma desistiu e voltou para casa.

“A maioria desiste. Acho que uns 70% dos brasileiros voltam”, estima Caroline Baroni.

“Eu levei muito a sério. Tinha medo de fracassar aqui também”, diz Marja Pizão, com relação ao *pregrado*. O sistema de avaliação é composto por três provas bimestrais e uma anual. As notas tiradas dos exames parciais não se somam ao cálculo da nota final, apenas classificam o aluno para a última avaliação. O sistema avaliativo é o mesmo até o final do curso, por isso considerado rigoroso pelos alunos. Cada prova é feita em três etapas: escrita, oral e prática. “Aqui, a gente diz que é ridículo tentar colar. Se você cola na escrita como vai fazer isso na oral? Se você não estudou, não adianta”, brinca Renata Oliveira.

A longa volta

Há três anos, o Revalida, exame de âmbito nacional realizado em duas etapas, é aplicado para validação do diploma médico obtido fora do país. Na primeira fase do exame, o candidato deve responder a uma prova escrita com 110 questões objetivas e cinco discursivas. Na segunda etapa, uma prova prática avalia habilidades clínicas.



O Revalida não é a única forma de validar o diploma. O pedido para validação ainda pode ser feito como antes, em três universidades federais que não aderiram à prova aplicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira: de Minas Gerais, Mato Grosso e Fluminense. O médico formado deve entrar com o processo em uma universidade pública. Cada instituição avaliará o currículo conforme os critérios já determinados por ela própria. Para tentar burlar o processo de validação e fugir do Revalida, alguns estudantes pedem transferência para universidades particulares brasileiras. Se há algum déficit curricular, o estudante cursa a matéria que falta para se formar.

Desde que voltou de Cuba, em julho de 2011, com o diploma de médico nas mãos, Luís Ribeiro, 30 anos, fez da Biblioteca Central da UnB a segunda casa. Foi um ano e meio de muito estudo que resultou na aprovação pelo Revalida e pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). “Fecha-se um ciclo de momentos ora angustiantes, ora cansativos, mas também de grande aprendizado e amadurecimento”, avalia.

Luís é de Brasília. Sempre estudou em escola pública. Após um semestre de cursinho, prestou apenas um vestibular para o curso de biologia, pois acreditava que não teria chances de concorrer a uma vaga em Medicina. “Na época, eu teria que estudar por conta própria e ao mesmo tempo trabalhar. Não dava para pagar um cursinho. No nível de maturidade em que me encontrava naquele ano, eu assimilava que demoraria muito para passar”, reflete. Em 2004, ingressou na Escuela Latinoamericana de Medicina (Elam), em Cuba.

“Quando surgiu a oportunidade da bolsa, entrei de cabeça. Se não fosse a chance de ir para Cuba, não teria feito medicina. Ou era Cuba ou era nada”, conta. A Elam oferece bolsas de estudos para alunos de toda a América Latina. Quando Luís Ribeiro passou pela seleção, as vagas ainda eram distribuídas por partidos de esquerda no Brasil. Hoje, o processo é realizado diretamente com a Embaixada de Cuba.

“O Revalida é o concurso médico mais extenso do país. O nível de complexidade das perguntas não é muito alto, porém são casos clínicos muito rebuscados. Tem que responder tudo em cinco horas. Não vejo justiça nisso. Aí, você está cobrando experiência de prova, de concurseiro”, critica Luís.

O conteúdo exigido na prova não é o único ponto criticado pelos estudantes. Também há pressão para que o processo de validação seja

mais fácil, com justificativa de que faltam médicos no país.

“Não falta médico no Brasil. O que existe é falta de política adequada para poder manter esses médicos em locais como interior do Norte e Nordeste. Dizem: melhor um médico mal formado do que nada. Isso é uma discriminação social fortíssima”, comenta o deputado Eleuses Paiva, criador do projeto de Lei 3.845/12, que propõe transformar em lei a portaria que criou o Revalida.

Há maior concentração de médicos em cidades grandes, pois é nelas que se encontram salários mais altos, hospitais de ponta, com mais oportunidades e melhores condições de trabalho e profissionais. Segundo o deputado Paiva, estabelecer para o médico uma carreira de Estado, como as de promotor e juiz, resolveria o problema da distribuição. “Não conseguimos levar médicos para as grandes periferias nem para cidades pequenas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por falta de política adequada”, completa.

Segundo o relatório de pesquisa sobre Demografia Médica no Brasil realizado em 2011, há má distribuição de médicos. São

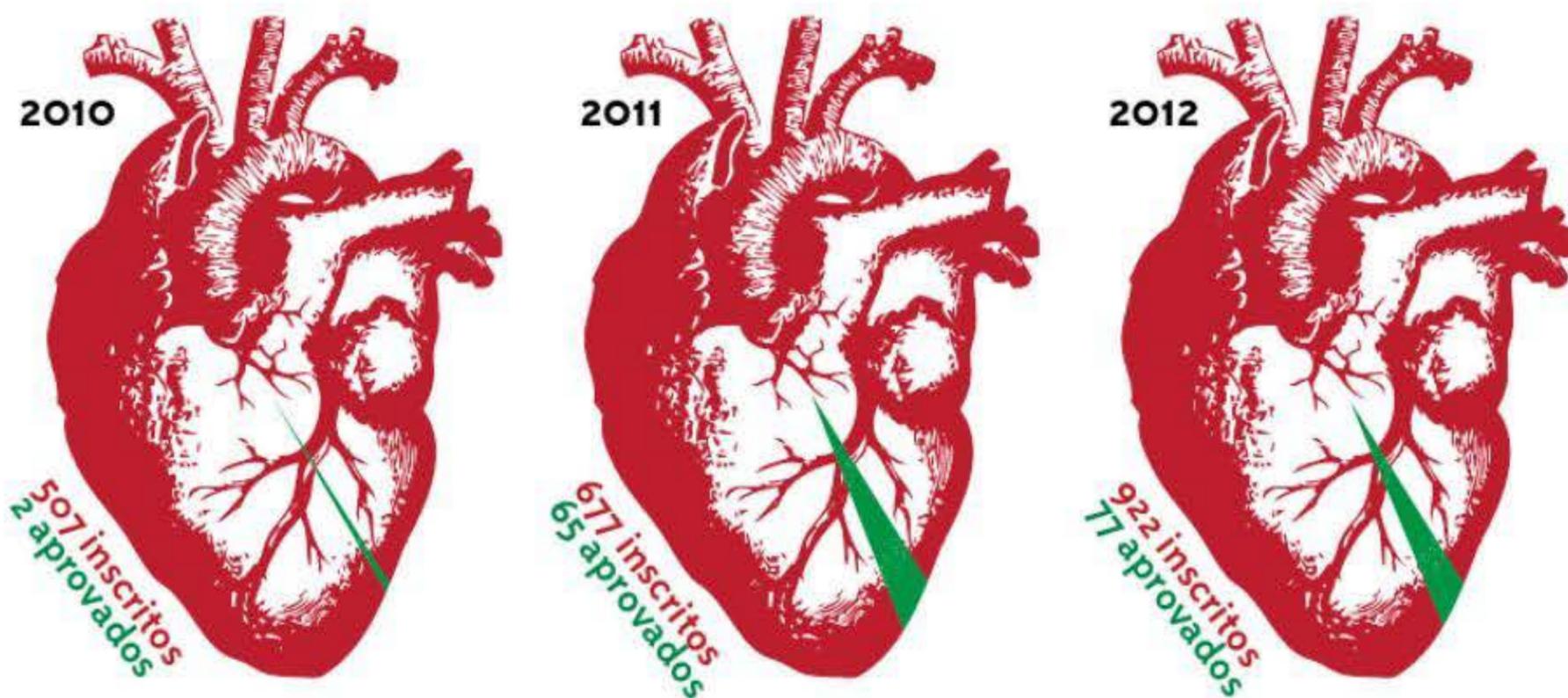
Paulo é o estado com a maior quantidade em todo o país (106.536), quase 180 vezes mais do que o estado com o menor número – Roraima (596), e mais, corresponde a 28% dos médicos de todo o país.

Para tentar solucionar o déficit de profissionais da área médica no estado, a Universidade de Pernambuco (UPE) valida diplomas expedidos no exterior em troca de serviços médicos. Por meio do programa Provalida, o candidato submete-se a provas teórica e prática. Se aprovado, deverá trabalhar por dois anos no Programa Saúde da Família ou na rede pública municipal.

A validação virou passado para Luís, mas para o brasiliense Rodrigo Pires, 33 anos, é etapa a ser superada em 2013. Após sete anos de Medicina em Belgorod, na Rússia, foi o único dos 14 brasileiros que se formou, dentre os que chegaram com ele em outubro de 2005.

Os primeiros vestibulares de Rodrigo foram para Medicina, mas não passou. Formou-se primeiro em odontologia, em 2003, na UnB. Atuou na área por dois anos. Um dia, na clínica em que trabalhava, leu uma reportagem que dizia: “Estude Medicina na Rússia”. Mostrou a matéria

Primeiros anos do Revalida





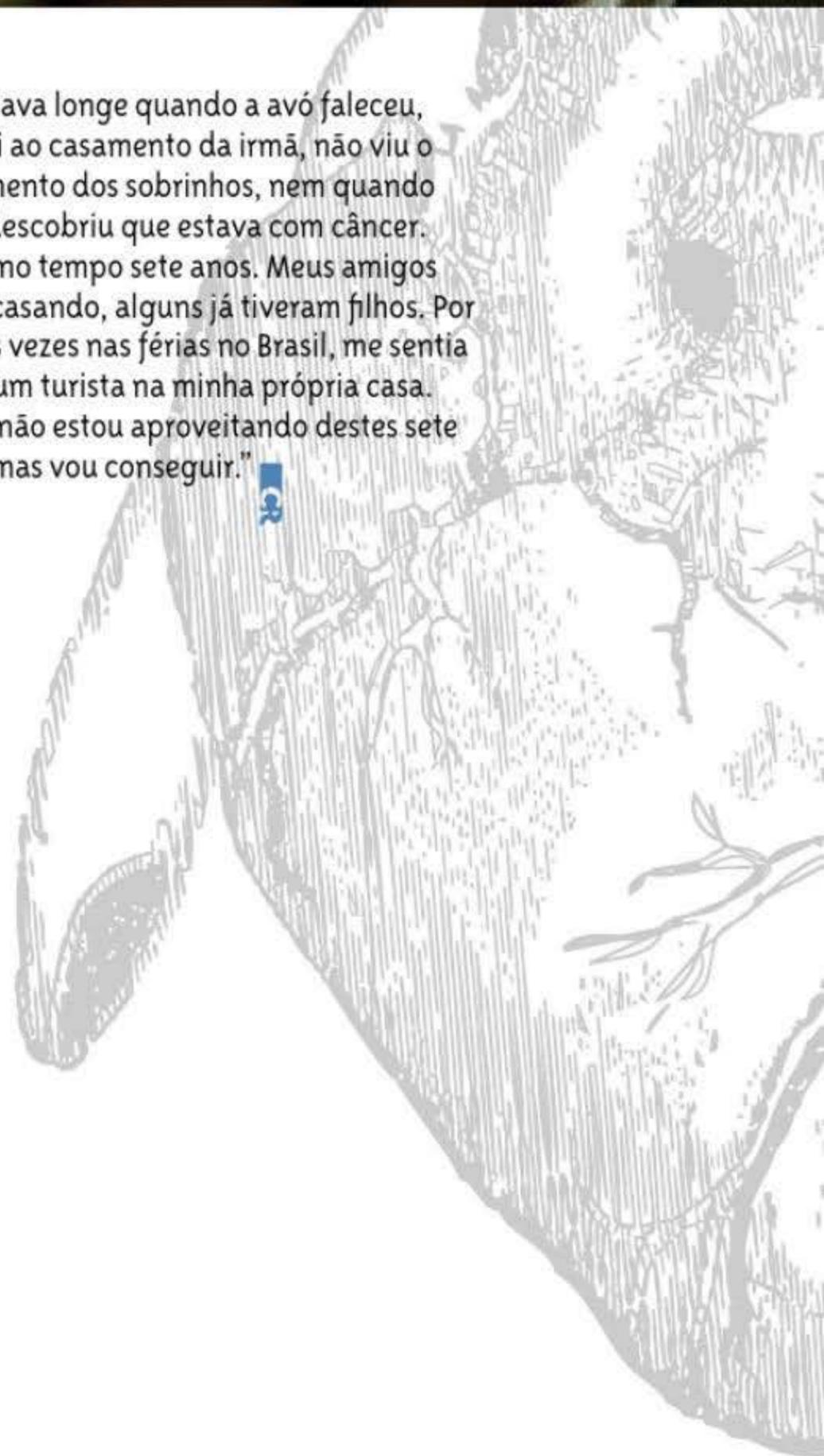
Luís Ribeiro validou o diploma cubano. Agora, os estudos estão voltados para a residência

para o pai antes de ir para o plantão e, quando voltou para casa, a mãe deu a notícia de que ele iria viajar. “Nunca pensei que ele iria concordar com a ideia. Mostrei a matéria só para instigar”, lembra.

Ao final do primeiro ano, acreditava saber falar russo, certeza que desapareceu ao assistir à palestra de boas vindas aos alunos de Medicina. “Por mais difícil que o idioma seja, eu estava dando conta, mas os professores da faculdade não falavam com a mesma paciência e calma que a professora de língua. Saí da palestra direto para casa e chorei. Foi desesperador, pensei que teria que ir embora. Bateu um desespero que ainda não tinha sentido”, recorda-se.

A teimosia fez Rodrigo terminar o curso. Sofreu preconceito, foi representante dos brasileiros, sentiu saudade, estudou demais, fez muitos amigos, aprendeu muito e terminou o curso como o estrangeiro com a maior nota no exame estatal, avaliação feita no final da graduação. Voltou para Brasília com parte do sonho realizado. Agora, a validação é o que separa o recém-formado de concretizar o que imaginou nos sete anos de estudo longe de casa. “Todo mundo tem medo de não conseguir validar, mas é ele [o medo] que faz ir para frente. O mais difícil passou. Agora, é só revisar.”

Estava longe quando a avó faleceu, não foi ao casamento da irmã, não viu o nascimento dos sobrinhos, nem quando o pai descobriu que estava com câncer. “Parei no tempo sete anos. Meus amigos estão casando, alguns já tiveram filhos. Por muitas vezes nas férias no Brasil, me sentia como um turista na minha própria casa. Ainda não estou aproveitando destes sete anos, mas vou conseguir.”



Texto | Nathalia Koslyk
Fotos | Carol Matias
Diagramação e arte | Thiago Lima

Qualquer dúvida
ligar para o
CLÁUDIO
no celular



A passagem da vida para a morte sempre foi intervalo frutífero para o surgimento de ritos e celebrações. Atribuir um sentido maior à perda ameniza a destrutibilidade irreversível da morte. Assim, cada cultura, à sua época, acreditava e reproduzia o que haveria, afinal, depois do fim. Os velórios de hoje não são mais do que isto: ritos de passagem da vida para um além, para os quais as religiões e as crenças traçam a forma e dão o tom. Esses rituais, especialmente quando saem do contexto familiar e aproximam-se do leito dos hospitais, passam a demandar o cuidado de mãos que suportem lidar com a finitude da espécie. Surge, então, o agente funerário.

Não encontro campanha quando chego à clínica Porto dos Anjos. Apesar do estranhamento, acho providencial não ser anunciada e, conseqüentemente, não correr o risco de ser confundida com um agente funerário levando um corpo que não acordou para o sol daquela manhã. Não há porta no local, apenas um vidro de correr demarcando a entrada. “Aqui é assim porque não fecha nunca”, explica Pedro Miguel Tello, técnico de necropsia peruano que trabalha ali há dois meses.

Miguel é do turno da noite – dei a sorte de encontrá-lo por estar cobrindo férias de outra funcionária. Ele sempre leva um colchão para a sala de recepção, onde descansa atento aos sinais do telefone ou de algum carro com serviço funerário por fazer. Mas dessa vez quem chega sou eu e suspeito causar mais susto ali de pé do que se estivesse embalada numa urna. Dá meia volta. Quando me vê pela segunda vez, sorri, já sem desconfiança.

Em seguida, chega a segunda vítima da visita inesperada. Marcelo Araújo, outro técnico de necropsia cujo sono interrompi, também me recebe sorrindo. Para além da recepção, há outros ambientes: a sala de anatomia, duas salas de manuseio e um quarto que funciona como dormitório, além dos banheiros. Foi na primeira que ficamos. No decorrer da conversa, um deles anuncia: “Olha lá, já chegou o primeiro corpo!”. Não eram nem 9h. Ninguém me avisa como devo proceder. Por intuição, vou para a sala de manuseio, que tem saída para a rua e onde os carros das funerárias costumam estacionar para o agente descarregar a urna.

Os funcionários cumprimentam-se com espontaneidade, compartilhando assuntos diversos de quem ficou íntimo pela convivência. Abrem o porta-malas e retiram a urna. Dentro, um plástico cinza com o corpo. “Morte natural, durante essa manhã mesmo”, anuncia o recém-chegado. O falecido tinha uns 75 anos. A face enrubescida confirma o motivo da morte: parada respiratória. No corpo não há marcas ou sinais de despedida. O semblante

é tranquilo. “Foi uma pessoa boa”, diz Miguel, abrindo o plástico cinza. “Não tinha doença nenhuma. Foi criado pelos pais, e teve um grande amor”. “E como você sabe?”, pergunto. “Dá para ver pelo rosto, pelo cheiro.”

Fico intrigada diante da impossibilidade de não saber mais daquela vida, presumida por um estranho. Podia dar-lhe pseudônimo próprio e, como fez Machado de Assis em Memórias póstumas de Brás Cubas, traçar-lhe uma existência narrada de trás para frente, a partir daquela morte tranquila que tinha mais a dizer do que parece. Literatura à parte, equipado com jaleco, máscara e luvas, o técnico está pronto.

Na mesa, faz três orifícios no cadáver: na perna, para encontrar a artéria femoral, na

NORMAS E ATITUDES → quedarem ser tomadas para fazer um serviço funerário sem problemas



Na hora que for pegar o corpo e for do sexo masculino:

→ ver se tem barba

Se tiver, por mais rala que seja, perguntar para a família se tira!

barriga e na nuca. O processo de formolização consiste basicamente na substituição do sangue por formol para conservar o corpo por mais tempo. A mangueira injeta o formol pela perna e expulsa o sangue e as secreções pelos orifícios abertos na barriga, na nuca, e também pelo nariz. O cheiro forte é característico do composto químico. Para Miguel, aquele corpo quase não cheira. “É um anjo”, afirma o técnico de necropsia enquanto trabalha seus movimentos rápidos e certos.

Depois de finalizado o processo de formolização, costuram-se os orifícios. Miguel raspa a barba do senhor, conforme o agente funerário pediu em nome da família, e termina de enxaguar o sangue. O nariz e a boca são inteiramente preenchidos com algodão para impedir a saída de qualquer líquido. O profissional confere se os olhos e a boca estão devidamente fechados. Caso contrário, costura também a boca, e limpa tudo com uma esponja embebida em água.

O técnico peruano desempenha com habilidade cada etapa do processo. “Enquanto a gente prepara o corpo, os espíritos ficam aqui perto olhando se estamos cuidando direito.” Pergunto se ele sente medo, ele conta que tem pesadelos. “Os espíritos ficam brincando com a gente, mas tem uns que não são muito bons, que brincam pesado. Teve uma mulher que ficou me mordendo, e se a pessoa não é forte...”. “Você é forte, Miguel?”. “Não tenho medo não.” Não é adepto de religião alguma. Só acredita em Jesus.

Enquanto acompanho o trabalho do Miguel, chegam outros três corpos, agora de mulheres, cada um com suas especificidades e uma morte diferente no atestado de óbito. Um deles, porque iria ser enterrado no mesmo dia, não precisaria passar pela formolização. É esse que acompanho na sala de manuseio.

Saio da companhia de Miguel, mas ele continua cuidando dos novos corpos, supervisionado pelos espíritos.

A sala de manuseio é um espaço menos restrito. Ali trabalham tanto os técnicos de necropsia da clínica quanto os agentes funerários – até os familiares insistentes podem ajudar. A princípio é um grande espaço vazio, com um armário de lado, encostado na parede, guardando maletas de maquiagem e outros acessórios. Depois, torna-se o camarote dos mortos. “É satisfatório ver o corpo depois que fica pronto”, conta Marcelo Araújo com o mesmo sorriso com que me recebeu.

O corpo é colocado dentro da urna. O primeiro passo é envolver cada braço com muitas camadas de filme plástico, para não deixar nenhum líquido escorrer. Depois, rasga-se a roupa por trás para vestir o corpo. A escolha da vestimenta, bem como de brincos, colares e acessórios, fica a cargo dos familiares. As mãos

“Não tinha doença nenhuma. Foi criado pelos pais, e teve um grande amor”. “E como é que você sabe?”, pergunto. “Dá pra ver pelo rosto, pelo cheiro”



Pedro Miguel Tello
técnico de necropsia

são posicionadas uma sobre a outra, acima do tórax, e o cabelo, todo penteado para trás.

Marcelo hesita quando os funcionários dizem que, entre todos, ele é quem tem mais habilidade para maquiagem. Tem medo de que o leitor possa julgar-lhe por isso. Mesmo relutante, passa blush no rosto da falecida para deixá-la com aspecto corado. “Como ela ficou bonita, parece que está dormindo”, observa o filho daquela senhora, enquanto acompanha o trabalho de longe.

Todos os espaços da urna são preenchidos delicadamente com palha de arroz, deixando em evidência apenas o tronco superior e a face do falecido. A palha é então coberta por algodão, que mais tarde servirá de suporte



Técnico de necropsia: substituição do sangue por formol

para as flores. Fecha-se o babado, uma espécie de forro interno trabalhado em renda, dando forma à urna.

Para fazer a ornamentação, Marcelo conta com a ajuda de um agente funerário que está lá esperando “seu corpo” ficar pronto. Eles retiram as flores dos galhos, uma a uma, fazendo uma pré-seleção das melhores, enquanto trocam expectativas sobre o feriado. A ornamentação é a etapa mais livre. Desde a escolha das cores das flores ao desenho final fica a cargo de quem faz. Agora o corpo está pronto para ser velado.

Bastidores

Os processos foram descritos em sua fórmula geral, mas Miguel explica que cada corpo é um caso. Quando pequeno e magro, demora em torno de 30 minutos para ser formolizado. Porém, há corpos pesados, danificados ou com a artéria femoral obstruída, que dependem mais tempo. Os cuidados estéticos também têm duração relativa. Algumas formas de morte deixam o falecido com um aspecto debilitado e torná-lo apresentável para velório exige esforços a mais dos profissionais.

Dependendo da situação, é necessário reforçar a conservação do corpo formolizado com a técnica de embalsamamento. O técnico abre o corpo do cadáver, traçando um corte vertical na altura do tórax até a barriga, as vísceras são retiradas e substituídas por um

lençol, costurado do lado de dentro para absorver os líquidos. Os órgãos internos são congelados e, posteriormente, descartados.

A formolização e o posterior embalsamamento dos cadáveres devem ser processados se o sepultamento ocorrer após 24 horas do óbito, no caso de o corpo precisar ser transportado para uma localidade cuja distância for superior a 250 quilômetros, ou quando o médico que expediu o Atestado de Óbito julgar conveniente.

Os procedimentos devem ser realizados em consonância com o Código Sanitário do Distrito Federal, por pessoal técnico em necropsia ou técnico em tanatopraxia, certificados por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Saúde, sob responsabilidade do médico legista. Os trabalhadores funerários que não possuem a qualificação podem participar apenas das outras etapas de preparação do corpo, nas salas de manuseio.

A maioria dos corpos é levada para a clínica entre 11h e 14h. Durante esse período o trabalho é intenso, e os funcionários atuam simultaneamente, esforçando-se para cumprir os prazos. “Teve dia que a gente já recebeu 25 corpos”, lembra Marcelo. Na hipótese mais simples, o processo completo – desde a formolização à ornamentação – leva em torno de duas horas para ser concluído em cada corpo.

Os cinco técnicos da clínica trabalham nove horas por dia, de segunda a sexta, e



Instrumentos na sala de anatomia: processos de formolização e embalsamamento

fazem plantões extras aos fins de semana. O salário varia de R\$ 1,5 mil a R\$ 3 mil. Bruno André da Silva, o gerente, diz que as pessoas que procuram emprego na clínica normalmente já têm experiência com serviços funerários. "Até hoje eu nunca peguei alguém que nunca tivesse trabalhado no ramo e ficou aqui. Quem não é acostumado não aguenta, não."

Cenário brasiliense

O serviço funerário de Brasília foi privatizado em 2002 e, hoje, desmembra-se em duas vertentes principais: a administração dos seis cemitérios do Distrito Federal pela empresa Campo da Esperança e os serviços prestados pelas 68 agências funerárias registradas. Os cemitérios e as agências funerárias do DF são mantidos sob o regime de concessão pública, cedidas mediante processo licitatório.

Há ainda o chamado Serviço Funerário Gratuito, ou enterro social. Trata-se da prestação de serviços funerários pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Trabalho do Distrito Federal (Sedest) às pessoas sem rendimentos ou com renda de até um salário mínimo, residentes no DF. A meia dúzia de funcionários públicos que cuidam do serviço gratuito eram

agentes funerários. Hoje, desempenham funções administrativas gerais. Ocupam-se basicamente do transporte e posterior sepultamento da população carente, sem conservação ou preparação dos corpos.

O agente funerário do mercado brasiliense é, portanto, o profissional das agências funerárias. Apesar o termo estar em desuso, são os mesmos administradores das questões mortuárias de outrora, cuja atuação abrange desde o atendimento às famílias, na loja, ao encaminhamento do corpo, depois de pronto, para ser velado.

Existe ainda o mercado informal de agentes funerários, conhecido entre os profissionais do ramo como "papa-defuntos". São pessoas que ficam nas portas de hospitais, cartórios e redondezas, abordando os familiares no momento de dor, antes da concorrência. A lei proíbe esse tipo de atividade. Há uma ouvidoria do GDF que registra e encaminha reclamações sobre esse comportamento, digamos, incisivo por parte dos trabalhadores funerários.

Não esquecer as higiênes
 ↳ internas e externas dos corpos,
 da loja e do seu uniforme ↳



Mantenha sempre os celulares da empresa carregados e junto de você.

Favor: Não levar celular para casa

DEADIA

“Acho que até a pessoa ser enterrada ou cremada, ela ainda fica ali durante certo tempo. Comigo aconteceu. Particpei do sepultamento de uma senhora que faleceu quando completou cem anos. Foi morte natural, em casa. Aí levaram o corpo para o HRAN, um hospital na Asa Norte. Lembro que a filha da falecida tinha perguntado se podia vestir a mãe. A gente tinha muito serviço, e ainda pensei ‘caramba, não posso chegar atrasado na capela, e ainda tem outro corpo para preparar’. A mãe tinha pedido que ninguém a visse nua, quando falecesse, porque ela só teve um homem durante a vida toda e não queria ser vista sem roupa por mais ninguém. Falei que não dava tempo, não podia perder o horário. Fui puxar o lençol que cobria ela, acho que a mão dela mexeu e caiu em cima da minha. Só que não senti uma mão batendo e caindo da maca, mas me segurando. Na mesma hora tranquei o necrotério e saí. Fiquei muito assustado. Peguei o telefone, liguei para a filha e falei: ‘Deixa o corpo chegar atrasado, não vou vestir a mãe da senhora, não’. Ela perguntou o porquê, eu disse: “Lembra do que a senhora me contou sobre a sua mãe? Então, ela me respondeu aqui. Pode vir que eu não vou vestir ela, não”.

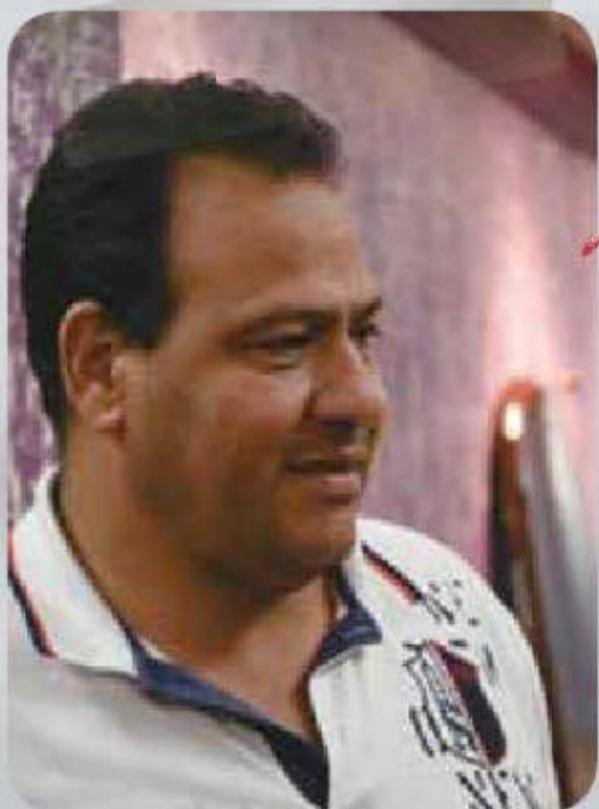
Pedro Teles de Araújo,
17 anos de profissão



MENTOS

“Vi recentemente uma mulher que perdeu o filho de uns 7, 8 anos. Ela foi ao IML pra fazer o reconhecimento, e ficou ajoelhada chorando em cima do corpo. Pra mim aquilo ali era normal. Foi o que mais me marcou, não sei se você consegue entender. Me cobrei porque não senti dó, por ter sido frio. Fiquei só esperando ela terminar de chorar pra colocar o corpo dentro da urna e levar embora. Depois pensei: por que não me sensibilizei com aquela cena?”

*Carlos Henrique Silveira,
sete anos de profissão*



“Teve o caso de uma criança no Sudoeste. Era época de Natal. A criança amanheceu morta no berço. Quando cheguei para buscar o corpo, a mãe estava com o bebê no colo, enrolado num chalezinho, como se estivesse dormindo. Beijava a criança... O pai tinha pedido pra eu esperar, e chegou com uma bota de Papai Noel, dessas de tecido, e pediu pra eu colocar a criança dentro. Aquilo me chocou muito.”

*Cláudio Francisco Deveza,
18 anos de profissão*



Agência funerária

Se a clínica fica em local mais apartado, a agência funerária, por outro lado, é a loja propriamente dita, localizada nas comerciais que todo mundo vê. Ambas permanecem abertas 24 horas. Os funcionários que ficam no balcão são os responsáveis pela administração dos serviços funerários diretamente com a família do falecido, mas também participam do processo de inumação – conjunto de procedimentos adotados entre a morte e o sepultamento de um corpo, incluindo o transporte e as etapas descritas na visita à clínica.

Não há um perfil exato dos profissionais das agências funerárias de Brasília. São homens, em sua maioria, e a predominância do gênero justifica-se pelo trabalho pesado. A escolaridade também varia. Há desde trabalhadores com ensino médio incompleto a estudantes universitários. Apenas três deles, além dos que trabalham na clínica, também investiram em especialização no ramo funerário – os outros aprenderam fazendo. Incluindo os que querem continuar no ramo, quase todos já passaram por alguma situação de desconforto ou preconceito por causa da profissão.

O medo é um sentimento recorrente no início da carreira, especialmente entre os que não tiveram contato com o mercado funerário durante a infância. Mas se acostumam com a dinâmica da profissão. Na prática. De acordo com a doutora em Psicologia pela UnB Ana

Magnólia, “ele cria uma couraça, que é uma espécie de proteção psicológica para garantir certo distanciamento e possibilitar o cumprimento do trabalho. Caso contrário, vai sair correndo, vai desistir”.

Apesar da declaração unânime de que “estão acostumados”, mais da metade dos profissionais entrevistados alega incômodo em algumas situações, especialmente no velório de crianças. O agente procura explicações sociais para se autoprotger da situação insólita, e utiliza-se de justificativas do tipo “é o meu ganha-pão”, “sou reconhecido pelo que eu faço” ou “tenho a gratidão da família”, para atribuir sentido ao trabalho.

Algumas histórias

Cláudio Francisco Deveza, no ramo há 18 anos, ingressou na profissão motivado pela perda da mãe. “Achei muito ruim o serviço funerário, e pensei o seguinte: um dia vou trabalhar nisso só para fazer direito e deixar as famílias que contratarem meu

serviço satisfeitas”, lembra. Trabalhou como vendedor de muita coisa, em vários estados do Brasil, até chegar ao serviço funerário.

Começou cobrindo as férias de um funcionário, e hoje gerencia uma agência funerária. No início, Cláudio só conseguia fazer o serviço se estivesse bêbado. “Toda vez que eu ia fazer tomava umas boas antes pra ter coragem. Eu já bebia antes, e nessa ocasião piorou. Foi um suporte.” Depois que virou evangélico, largou o vício.

Pedro Teles de Araújo também entrou no ramo para prestar serviço diferenciado, guiado pelo exemplo que aprendeu em casa. Na época, há 18 anos, o serviço funerário era desorganizado e o pai não achava certo ver os corpos maltratados dentro do caixão. “Como era a última lembrança da pessoa, tinha que

“Ele [o profissional funerário] cria uma couraça, que é uma espécie de proteção psicológica para garantir certo distanciamento e possibilitar o cumprimento do trabalho. Caso contrário, vai sair correndo, vai desistir”

Ana Magnólia

doutora em Psicologia
pela UnB

ter jeito de despedida”, conta. Essa novidade proposta pelo pai foi o que, a princípio, atraiu Pedro. “Mas às vezes até hoje eu me pergunto por que mesmo que entrei”, hesita o profissional em serviços funerários que sonhava em ser juiz. Agora quer morar perto do mar.

O primeiro contato também foi desafiador para Marcos Antônio de Oliveira. Os 13 anos de profissão não foram suficientes para fazê-lo esquecer do início. “Meu irmão me perguntou se eu queria trabalhar num negócio pra ganhar dinheiro e eu disse pra ele que ganhar dinheiro era comigo mesmo”. Mudou-se de Santa Terezinha de Goiás para Brasília com a expectativa de uma condição de vida melhor.

Marquinho, como é chamado entre os companheiros de trabalho, chegou “na tora”, sem experiência no ramo. Sequer sabia o que ia fazer. “Na hora que vi que era para mexer com defunto, quis voltar atrás.” Sentiu medo? “Ave Maria, medo era pouco, mulher! Quem nunca trabalhou com isso, quem em 20 anos só tinha visto o avô morto, chegar numa clínica e ver aquele tanto de corpo... A pessoa fica doida, eu mesmo fiquei.”

O agente começou na clínica funerária e só depois foi para a loja. No começo não dormia nem comia direito. Precisou de dois meses para ter coragem de mexer nos corpos, mas hoje



Corpos na sala de manuseio: deixados ou levados pelos agentes funerários

NUNCA



Chegar com o corpo na capela atrasado!

OLHAR SEMPRE

Se a chave da URNA está na mesma.

acha o emprego normal. Marquinho é agitado, fica o tempo todo distraído com o celular e raramente me olha nos olhos enquanto fala.

Medo não é premissa do ingresso nos serviços funerários. Carlos Henrique Silveira, no ramo há sete anos, começou por curiosidade. “Eu tinha muito interesse em entender como funcionava. Queria saber como era, como vestia, como dava banho.” Ele acredita que, se cada um nasce com um dom para alguma coisa, ele nasceu para isso. Agora quer investir na carreira. “Sou apaixonado por isso. Faço como se estivesse fazendo para mim mesmo, ou para um dos meus.”

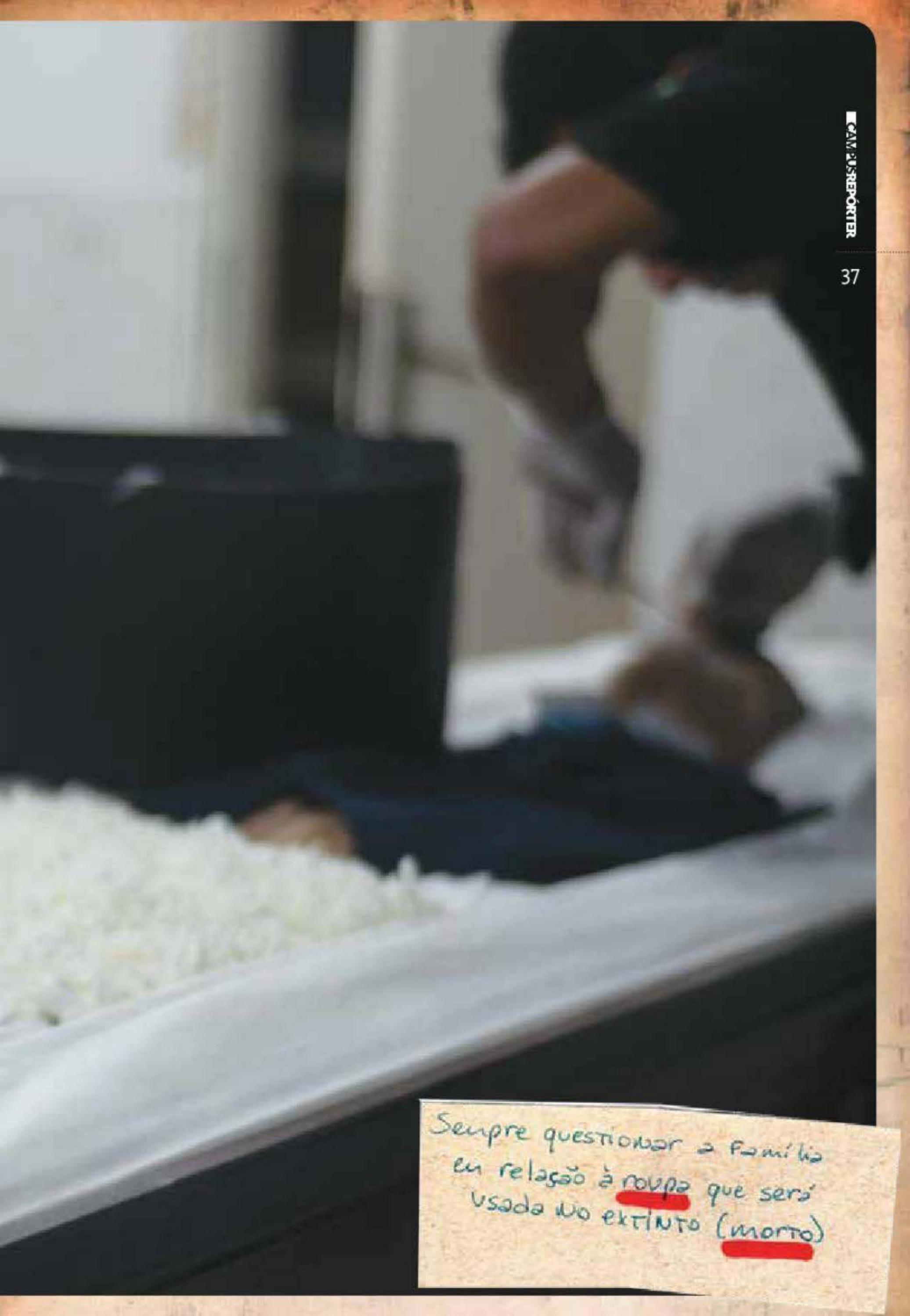
Carlos sempre teve o apoio da família, mas o pai gostava de se precaver enquanto vivo. “Ele não aprovava que eu usasse a mesma toalha que o pessoal da casa quando eu chegava do trabalho. Até na hora de comer ele sempre tomava cuidado.” A mãe compartilha da ideia de que Carlos tem um dom especial e apoia que ele invista no trabalho funerário. Quanto à esposa, bem, eles se conheceram no ramo.

O gerente da clínica funerária, Bruno, é o “Presuntinho” entre os amigos. Sempre foi motivo de piada por conta da profissão. As pessoas ficam cabreiras perguntando se ele vê corpos todos os dias. “Acho estranho porque, para quem foi criado nesse meio, é muito normal. Do mesmo jeito que eu vou numa padaria comprar pão, venho trabalhar aqui.” O gerente fala em tom suave, com maturidade rara para os 21 anos de idade.

Bruno acredita que um dos maiores aprendizados da profissão é relacionar-se com diversos tipos de pessoas, especialmente nesse contexto de perda. “Nos outros tipos de comércio o cliente vai te procurar, mas ele não tem um problema com uma morte envolvida, entende?” Ele não precisou que eu concordasse.

Cláudio, o vendedor que só conseguia trabalhar bêbado, também é alvo de piadas. Os amigos frequentemente ligam na casa dele para passar trote, mas a previsibilidade da brincadeira não o incomoda. No dia a dia, já sofreu preconceito por causa da profissão: “Ah, você mexe com funerária? Não vou pegar na sua mão, não”.





Sempre questionar a Família
em relação à roupa que será
usada no extinto (morto)



Reconhecimento do trabalho

Enquanto me divirto com as histórias de Cláudio, uma jovem entra na loja. Cumprimenta com um abraço saudoso o profissional funerário à minha frente, e só quando faz menção aos documentos de óbito é que eu percebo que era cliente da loja. “Fiz o funeral de quatro pessoas da família dela em um ano”, explica.

O último foi o da avó. Ele esteve na casa da família dois meses antes de ela morrer, em decorrência do óbito do marido, e relembra a profecia da lúcida senhorinha que beirava os 90 anos. “Olha, Cláudio, cuida de mim que sou a próxima.” O trabalhador ressalta que, quando a relação acontece com respeito e carinho, conquista-se reconhecimento da família. “E de Deus também, que vê tudo e abençoa a gente.”

Cláudio lembra ainda do funeral do Clodovil, famoso apresentador da televisão brasileira, morto em 2009. Ele conta que o corpo chegou para ser velado em São Paulo exatamente como ele deixou preparado em Brasília. “O assessor do governador de lá me ligou parabenizando pelo serviço prestado”, conta.

Para Pedro, discípulo do pai, respeitar a vontade do falecido é imperativo. Ele se esforça para satisfazer as expectativas dos familiares. Teve uma moça que pediu, por exemplo, que a mãe fosse pintada igual piriguete, porque era como ela gostava. “Se é o último desejo, quem sou eu para deixar de fazer?”

Há ainda outras formas de conquistar a confiança da família. Jocilda Ferreira Lima, no ramo há um ano, diz que transmite conforto pelo carisma. Naquela manhã, a agente havia ido ao cemitério ver como estava uma família que atendeu. “Gosto de acompanhar, ver se está bem vestido. Quando a família pede para colocar um brinco ou outro acessório, faço questão de colocar pessoalmente”, sorri enquanto fala.

Para Jocilda, o valor atribuído ao serviço é mesmo pessoal. “Tem gente que faz pesquisa de mercado e chega aqui com cinco orçamentos na mão, como em qualquer outro comércio, e é aí que entra a questão do carisma.” Há diversos tipos de urna, de diferentes marcas e qualidades de madeira. Têm pessoas que querem o melhor. Outras, o mais simples. “Você entra com argumentos para convencer a família do merecimento do falecido.”

Tipos de morte

Algumas mortes chocam os profissionais, ainda que a rotina deixe a impressão de fazer acostumar. Ivanildo Antônio, em funerária há dois anos, se emociona em velório de adolescentes. “Você chega pra fazer um serviço normal, e vê os pais desesperados. Os colegas na faixa dos 17, 18 anos, todo mundo chorando. Eu já me emocionei na capela, tive até que sair porque não dava conta de ficar lá”, lembra.

Em meio às memórias, os entrevistados também relatam acontecimentos trágicos, como o da senhora morta pelo marido com 37 facadas e o do motoqueiro que bateu na lateral de um caminhão de lixo a 180 km/h: perna quebrada em doze partes. “Uma morte inesperada é muito mais difícil. Como é que num dia você está conversando normalmente com a pessoa, e no outro está comprando um caixão pra ela?”, questiona Pedro.

Histórias envolvendo famílias também impressionam, mas um dos maiores incômodos, quase unânime entre os entrevistados, é funeral infantil. Cláudio, por exemplo, não gosta de fazer. “Geralmente são histórias muito tristes,



Estojo de maquiagem: para melhorar o aspecto dos corpos sem vida

e fica uma situação constrangedora porque a família acha que a gente tá ali como uma fortaleza, mas a gente tem sentimento”, explica.

Em uma ocasião, Deveza pôde chorar à vontade. Ele era a família. O trabalhador funerário sepultou a própria filha nove dias após o nascimento. Foi ao hospital, pegou o corpinho, arrumou, colocou no caixão e levou para o cemitério. Como a esposa ainda estava internada, fez o funeral sozinho. “Chorando o tempo todo, não tinha como ser diferente”, lembra Cláudio, sem o bom humor inicial e com um olhar agora distante. “Eu quis que fosse assim porque sabia como estava fazendo. Foi mais duro, mais complicado, mas foi mais fácil de encarar a realidade.”

Aprendizados póstumos

Os cuidadores da morte ensinam mais do que aprendem. Enquanto negamos o fim, numa tentativa de sublimar que ele chega também para nós, os agentes funerários estão anos-luz à frente nesse entendimento. E enquanto nos acovardamos diante do universo dos mortos, Cláudio afirma-se ali com alegria. “Eu admiro é quem mexe com gente viva, que pode te machucar, pode querer tomar seu lugar, pode sentir inveja a ponto de te fazer mal. Coisa que nunca vai acontecer com o morto.”

“Uma vez eu peguei o funeral de um juiz que foi uma lição muito séria”, recomeça Cláudio, como se fosse a primeira história. O



Ornamentação dos corpos na sala de manuseio: preparo para o velório

falecido chamava-se Dr. Roberto, e estava no hospital Santa Luzia. Quando o corpo chegou ao IML, a filha e a esposa estavam esperando cheias de pompa, fazendo escândalo para que o corpo fosse liberado logo porque precisava ser levado para São Paulo. No meio da confusão, o diretor interveio: “Olha, deixa eu explicar uma coisa para as senhoras. O doutor Roberto era juiz lá no tribunal, aqui ele é defunto igual aos outros e vai esperar da mesma forma.”

Cláudio tirou o cérebro do juiz com as próprias mãos para fazer o embalsamamento. “Massa encefálica líquida foi o que virou a inteligência dele.” E com a segurança de quem presenciou cada palavra e cada respiração narradas, ele esclarece que a maior lição está na própria terra. “Todo mundo acaba na mesma fundura. Nem mais alto, nem mais baixo.”



Não esquecer
● Veu
● Vela
● livro de presença



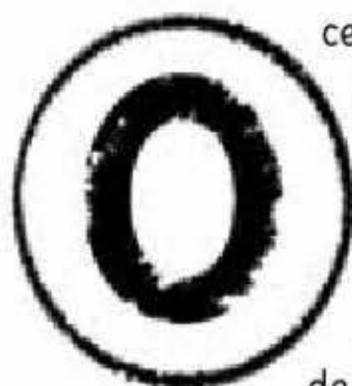
DONNA DORCY

A TARÓLOGA DO PODER



**Quer saber o futuro da política no
Distrito Federal? Faça uma visita a ela**

**Texto | Pedro Augusto Correia
Fotos | Sinclair Maia
Diagramação e arte | Patrick Cassimiro**



cenário está montado.

Em uma mesa de centro simples, a toalha vermelha é o único adorno. Já na roupa, a taróloga não economiza na variedade de cores acompanhadas de um sem número de anéis, pulseiras e colares. A maquiagem se resume a um batom escuro que ajuda a aumentar a confusão visual. Em uma peneira de palha, no centro da mesa, o baralho de tarô já está posicionado. É o próprio cliente que corta as cartas, após pronunciar o nome completo e a data de nascimento. É aí que começa o espetáculo. Nesse momento, Dorcy Antônia de Carvalho muda completamente o tom de voz, a escolha das palavras e a forma de olhar para se tornar “Dona Dorcy” (com letra maiúscula, como se espera de uma cartomante com credibilidade). A avó brincalhona e contadora de histórias dá lugar à taróloga de ar misterioso.

Antes de virar a primeira carta, Dona Dorcy fecha os olhos, faz sinais com a mão direita na altura da testa e balbucia palavras indecifráveis. Os segundos de silêncio aumentam a expectativa e o clima de misticismo. Após uma rápida olhada nas cartas, as primeiras previsões vêm com um quê de verdade indubitável. “Tem uma viagem importante pra você em um futuro próximo e também um emprego melhor financeiramente.” Após uma pausa, ela sentencia: “A viagem tem relação com o trabalho novo. Você vai precisar ir para longe se quiser melhorar de vida”, prevê e aconselha. Mas nem tudo são previsões. Dona Dorcy parece se divertir mesmo é em revelar

o passado do interlocutor, sempre em forma de perguntas retóricas. “Sua mãe esteve muito doente, né?”, questiona ela com uma interpretação quase caricatural.

Dorcy Antônia de Carvalho é uma senhora de 69 anos, cabelos grisalhos e sorriso permanentemente estampado no rosto. O jeito de avó inocente, daquelas que viu a vida passar dentro de casa, se desfaz logo que começa a contar uma de suas histórias – e são muitas. A vida de Dona Dorcy é cheia de capítulos completamente distintos, mas em todos, de alguma forma, a política e o tarô se fazem presentes. Hoje ela contabiliza mais de 30 clientes que batem à sua porta ao menos uma vez por mês. Quase

todas mulheres, algumas já estão perto de completar quatro décadas de consultas com a taróloga. Fora o gênero, não existe um padrão entre os clientes de Dona Dorcy: advogados, funcionários públicos e gente simples.

Mas existe uma categoria da qual ela se orgulha mais. Eles só aparecem de quatro em quatro anos e, ainda assim, têm um lugar especial no coração da cartomante. Ano eleitoral é certeza de procissão de candidatos, conhecidos ou não, rumo a sua casa, ávidos por conhecer o destino das urnas. “Todo mundo é curioso, quer saber o que vai acontecer”, explica ela.

O gosto pela política vem de berço. O pai, Joaquim de Andrade, foi vereador em Goiás Velho, ligado aos poderosos coronéis da região. Aos 16 anos, Dorcy foi morar com ele e viu que gostava do tal jogo político. “Mas eu era muito diferente do meu pai. Aqui em casa todo mundo é de esquerda, todos vermelhos”, alerta ela. A política local foi sua principal ocupação no pouco tempo que



morou na cidade e também um dos principais motivos que a levaram a fugir para Brasília. “Eu passava o dia na rua ajudando as pessoas. Mas como eu era muito bonita os homens ficavam mexendo comigo”, confessa entre gargalhadas. “Meu pai não gostava e a gente acabava brigando muito.”

Hoje, ela fala da maior parte dos políticos de Brasília com intimidade. Em época de eleições, gosta de transformar sua pequena casa em comitê de campanha para os candidatos pelos quais nutre maior apreço. Apesar da idade e da saúde que começa a fraquejar, envolve toda a família e vai para rua agitar bandeiras e conversar com eleitores da Candangolândia, pequena cidade, ao lado de Brasília. Ela garante que consegue eleger qualquer um. “Aqui o povo vota em quem eu pedir. Se você se candidatar, eu te elejo”, brinca. “Ela tem uma capacidade incrível de interlocução com a comunidade, é uma líder natural”, confirma o deputado distrital Chico Vigilante, de quem Dona Dorcy diz gostar muito. “Mas nunca votei nele”, pondera.

Em 1992, Dona Dorcy resolveu que era hora de tomar uma posição na política. Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ajudou a fundar o diretório da legenda na Candangolândia. Foi nessa mesma época que Geraldo Magela, hoje secretário de Habitação do Distrito Federal, conheceu Dona Dorcy. Certo dia, o então deputado distrital de primeiro mandato recebeu em seu gabinete um grupo de mulheres comandadas por uma senhora decidida a lhe fazer pedidos para a comunidade dos quais, quase vinte anos depois, nenhum dos dois se recorda.

Com o tempo, a relação política se tornou amizade. Hoje Magela fala com carinho da taróloga-militante. “Em 2002, quando eu resolvi ser

candidato a governador ninguém acreditava que poderia dar certo, nem o PT. A Dona Dorcy juntou um grupo de pessoas e fez o primeiro ato da minha campanha na casa dela. Nunca me esqueço disso”, lembra o secretário. As lembranças que ela guarda daquele pleito incluem brigas diárias com cabos eleitorais adversários e acusações de compra de votos para todos os lados. “Aquela campanha foi difícil demais. Só faltou eu carregar o Magela nas costas”, brinca.

De fato, o cenário em 2002 não parecia nada animador. Joaquim Roriz, que disputava a reeleição ao Palácio do Buriti, reinava tranquilo em alta popularidade. Nem mesmo as incontáveis denúncias contra o governador pareciam capazes de abalar a confiança que os eleitores do Distrito Federal – especialmente a parcela mais pobre – depositavam no “governador do povo”. Mas aquele domingo, 6 de outubro de 2002, reservava uma surpresa vinda das urnas. De maneira surpreendente, a apuração terminou com números que nem o mais otimista dos petistas esperava. Joaquim Roriz, que recebeu 42,97% dos votos válidos, teria que disputar o segundo turno contra Geraldo Magela, que ficou com 40,87% dos votos.



O alto índice do petista não era previsto por nenhuma pesquisa, nem por Dona Dorcy. “Eu briguei nessa campanha porque era o Magela, mas desde o início eu avisei ao pessoal que o que as cartas estavam dizendo não era nada bom”, lembra.

O segundo turno havia de dar razão para Dona Dorcy. Os dois lados precisaram esperar até a abertura das últimas urnas para celebrar a vitória – ou chorar a derrota. Roriz só ultrapassou Magela quando a contagem já entrava pela madrugada, com pouco mais de 90% das urnas

apuradas. O resultado final veio às quatro horas da manhã, com a notícia desoladora para os vermelhos: Roriz conquistara mais quatro anos no Palácio do Buriti graças a uma vantagem de pouco mais de 15 mil votos (50,62% para Roriz, contra 49,38% para Magela), em um colégio eleitoral de mais de 1,5 milhão de eleitores. Foi o fim da campanha mais desgastante que Dona Dorcy viveu. “Faria tudo de novo. Eu mato e morro pelo Magela”, diz ela. De fato, as fotos com o secretário, espalhadas em um móvel logo na entrada da casa, confirmam a paixão. Magela é reticente na hora de falar sobre as consultas com a taróloga. “Não é que eu não acredite nos poderes dela, eu acredito. Mas são minhas assessoras que gostam de ver como as coisas vão ficar em época de eleição”, explica.

O tarô não é a única forma de revelar o futuro. Em uma noite de outubro de 2009, Dona Dorcy acordou assustada. Acabara de ter um sonho revelador. Nele, o então governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda,

aparecia deitado no fundo de um buraco, em um local escuro. O governador parecia desacordado, enquanto homens fardados circundados por urubus se encarregavam de cobrir o governador com terra preta como a noite que os envolvia. Para muitos, o episódio não passaria de um sonho curioso, digno de esquecimento antes do café da manhã. Mas a cartomante não teve dúvidas: algo de muito ruim aconteceria com Arruda. “Eu procurei o sargento Hermeto (João Hermeto Neto, administrador regional da

Candangolândia), a única pessoa próxima ao governador que eu conhecia, mas as secretárias dele não me deram bola”, conta ela.

O que veio a seguir é história. Pouco mais de um mês depois, no dia 27 de novembro daquele ano, a Polícia Federal deflagrou a operação Caixa de Pandora, que culminou com a prisão de José Roberto Arruda, o primeiro governador a ir para cadeia durante o mandato na história do Brasil.

Com a prisão de Arruda, três governadores passaram pelo Palácio do Buriti em um

espaço de 11 meses – Paulo Octávio, Wilson Lima e Rogério Rosso. Tudo isso sob a pressão da sociedade para que o Superior Tribunal Federal (STF) pedisse uma intervenção no governo do Distrito Federal. “Eu bem que tentei avisar”, lembra singelamente Dona Dorcy.

A mão que prevê também cura

Na pequena casa apinhada de móveis onde vive Dona Dorcy, a decoração aleatória e variada praticamente exclui símbolos religiosos. Mas bastam cinco minutos de



conversa com ela para que o interlocutor comece a ser analisado. “Qual é seu signo?”, pergunta repentinamente, interrompendo outro assunto.

O gosto por tudo que vai além do mundo terreno é tão antigo e presente na vida da taróloga quanto a ligação com a política. Quando tinha treze anos, Dorcy foi morar em Rio Branco, no Acre, acompanhando o irmão que fora para lá trabalhar como tenente da Aeronáutica. Acabou conhecendo uma certa Dona Mariana, que morava próxima à escola onde estudava. Dorcy a descreve como uma senhora de cabelos já bem brancos, chapéu e roupas compridas. Enquanto todas as colegas de classe tinham medo daquela figura que reunia todo o clichê que se espera de uma bruxa, Dorcy quis se aproximar. “Eu também tinha muito medo, mas morria de curiosidade”, explica. A tal bruxa aceitou ensinar os segredos do tarô para a adolescente enxerida, mas exigiu antes que ela passasse por um ritual. Dias depois as duas seguiram para uma pedreira por onde passava um córrego e iniciaram a cerimônia bizarra. Com uma faca, Dona Mariana fez um pequeno corte na cabeça de Dorcy, que segurava um punhado de pólvora nas mãos sem entender o que estava acontecendo. Usando um fósforo, a bruxa colocou fogo na pólvora que magicamente não queimou a mão da taróloga quase formada. Ainda faltava o

último passo, um juramento de abstinência para vida toda, do qual Dorcy saiu com uma lista de obrigações absolutamente aleatórias, tais como não comer miúdos, carne de porco, brócolis e “nada que saia de uma garrafa”. “Eu não revelei que gostava de sorvete, pra poder continuar comendo”, confessa, revelando a adolescente sapeca por trás das rugas.

O dom recém-adquirido demorou a virar profissão. Só em 1979, quando

o marido ficou desempregado, Dorcy procurou o curso de tarô da Dona Rosa Baiana, em uma pequena casa às margens da via W3 Sul, para se atualizar. Foi trabalhar no Disk Esotérico Maresia, um serviço de tarô via telefone. “Aquilo era muita cascata. Tinha gente que não jogava nada, era só marotagem. Mas eu jogava certo”, revela. Hoje, o tarô se tornou um hobby. “É meu passatempo favorito. Se deixar, fico a tarde toda jogando com as mulheres da Candangolândia”, diz Dona Dorcy antes de

fazer uma pausa e completar: “Vamos jogar pra você?”. Com carisma e certa insistência, ela consegue convencer até mesmo o repórter ateu e absolutamente desprovido de qualquer espiritualidade a entrar no seu jogo.

As clientes revelam qual é o diferencial da taróloga. “Ela não só vê o futuro, é uma verdadeira conselheira”, explica Denise Santos, que conheceu Dona Dorcy há seis anos. Durante uma de nossas entrevistas, outra habilidade da taróloga se revelou. Um comentário sobre uma dor de cabeça que





não me abandonava havia alguns dias se tornou preocupação para Dona Dorcy, que insistiu em resolver o problema com um ritual infalível. A preparação é parecida com a feita antes de um jogo de tarô: olhos fechados e palavras balbuciadas. Depois de massagear as têmporas do enfermo, ela começa a estalar os dedos e passar a mão pela cabeça, como se estivesse limpando a dor. Ao final da cerimônia, olha muito séria. “Sua dor passou um pouco pra mim. Acho que isso aí é uma infecção”, diz, a despeito do diagnóstico de estresse, dado por um médico um dia antes. A dor ainda me acompanhou por alguns dias, mas uma segunda opinião médica revelou que a sinusite era a causa da cefaleia, dando certa razão para Dona Dorcy.

Foi assim que Suely de Fátima conheceu a taróloga. Há 26 anos, o filho mais velho da dona de casa nasceu com uma doença que não era descoberta por nenhum médico. Resolveu procurar ajuda fora dos consultórios e acabou topando com Dona Dorcy. Logo

ao abrir as cartas, a raiz do problema foi revelada. “Fizeram um trabalho para você morrer no parto. O mal acabou indo para o seu filho”, foi a sentença. Um banho de ervas de descarrego e o bebê não teve mais problemas. Assim como todas clientes, Suely também se tornou amiga da cartomante. “Quando eu tenho algum problema, ou preciso tomar uma decisão, eu corro para casa dela”, conta.

Mas nem tudo são flores no caminho da senhora de sorriso fácil. Entre os filhos e netos é comum a opinião de que Dona Dorcy teve “uma vida sofrida”. A relação com o marido, José Pastor de Carvalho, nem sempre foi um mar de rosas. “Ele chegava em casa bêbado, botava todos os clientes pra correr e ainda batia nela”, conta a filha Simone Lourdes de Carvalho. Muito pouco – e algumas vezes nada – do salário de garçom ia para ajudar nas despesas de casa. “Meu pai gastava o dinheiro em um fim de semana e minha mãe precisava se virar pra manter a família vendendo salgados e



jogando tarô”, lembra Simone. Em nenhuma das vezes que me pedi para Dona Dorcy falar sobre o marido, ela fez qualquer menção a esse comportamento. José Pastor morreu em 1991, vítima de um derrame.

Não foi apenas o ex-governador José Roberto Arruda que recebeu más notícias vindas das cartas de Dona Dorcy. A própria taróloga experimentou o gosto amargo do futuro iminente. Em 1996, Gláucia Aparecida Carvalho, uma de suas filhas, resolveu procurar os serviços místicos da mãe. Estava em um conflito amoroso entre dois ex-namorados e não sabia com qual deveria ficar. O destino revelado pelo tarô deixou Dona Dorcy atônita.

Sem conseguir pensar direito, ela apenas respondeu com um vago “você não vai ficar com nenhum dos dois, minha filha”. A verdade, que ela preferiu guardar apenas pra si, era que o destino guardava uma “morte prematura” para a filha. No dia 27 de junho do ano seguinte, Gláucia atravessava a rua em frente ao Shopping Pátio Brasil quando foi atingida por um motorista distraído. Não resistiu aos ferimentos e acabou confirmando as previsões da mãe. “Eu acredito que as cartas trazem avisos, mas o destino é certo, de um jeito ou de outro”, explica Dona Dorcy, com aquele mesmo ar de sabedoria teatral.

Boas lembranças

A cartomante tem na ponta da língua a resposta para a pergunta “qual foi a melhor época da sua vida?”. Apesar da confusão política enfrentada pelo país, nenhum período foi mais feliz para ela do que os dias que passou no Palácio da Alvorada, entre 1962 e 1964.

Depois de cansar das brigas com o pai em Goiás Velho, veio tentar a vida em Brasília. No ônibus a caminho da capital conheceu o marido. Ali mesmo os dois se apaixonaram e resolveram morar juntos. Ele chegava à cidade para trabalhar como garçom na “casa do presidente João Goulart”. Como não tinha o que fazer, ela passava os dias na cozinha do palácio ajudando os empregados ou fazendo bordados. “Naquele tempo moça jovem não podia ficar sozinha em casa, então eu ficava por lá (no Palácio da Alvorada) assistindo filme com João Vicente e Denise”, lembra-se.

Dessa época, Dona Dorcy guarda grande carinho por figuras importantes

da República, que na sua memória parecem ser pessoas absolutamente comuns.

“Maria Tereza (Goulart) era uma pessoa fora de série, uma mulher linda e muito

humana. O que falavam dela era tudo besteira”, diz ela com uma

expressão muito séria, em referência aos boatos de que a ex-primeira dama mantinha casos extraconjugais. “Foi ela que ordenou que a comida dos empregados do Palácio fosse igual à dos políticos”, completa, em defesa da mulher do ex-presidente.

João Goulart, aliás, é o único que ocupa espaço maior que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no coração de Dona Dorcy. “Eu sou fanática pelo Lula, mas o João Goulart, ‘ave Maria’, gostava demais daquele homem”. Já de Leonel Brizola, cunhado do ex-presidente e político influente durante seu governo, ela lembra como o “homem que brigava quando a gente fazia bagunça no Palácio”.

Só o que sobrou da época é um vaso que Dona Dorcy guarda como uma importante relíquia na entrada da casa. “Era um conjunto de três vasos. Como os outros dois quebraram,



a dona Maria Tereza me deu esse de presente”, lembra-se com orgulho.

Contudo, a tranquilidade na vida de Dona Dorcy contrastava com a tormenta pela qual passava o presidente João Goulart. O discurso a favor das reformas de base era visto como “comunista” pelos setores mais conservadores da sociedade – especialmente as Forças Armadas e a Igreja Católica. O estopim da crise veio com o comício em frente à Estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro, no dia 13 de março



de 1964. Na presença de trezentas mil pessoas, Jango anunciou a nacionalização de refinarias privadas de petróleo e a desapropriação de propriedades para a reforma agrária. Os militares, em cólera, tomaram a frente do processo que no dia 31 de março culminaria na “revolução democrática de 1964”. Sob a desculpa de evitar o avanço do comunismo no Brasil, chegavam ao fim o governo de João Goulart e também a alegria de Dona Dorcy. “Aquela época foi um sonho. Eu era muito

inocente, viver ali naqueles corredores e assistir à missa na capela presidencial eram coisas normais”.

Dias depois, Dorcy acordou de madrugada com o barulho de motores. Menos de um minuto se passou até que um soldado armado com um fuzil entrasse no quarto. Ela, ainda de camisola, o marido e outros garçons, cozinheiros e faxineiros foram levados da pequena casa onde moravam, no mesmo terreno onde fica a Granja do Ipê – residência oficial do chefe do Gabinete Civil da Presidência da República. Nos fundos de um caminhão militar, foram encaminhados a um quartel do Exército. Dona Dorcy, atordoada e sem visão do caminho percorrido, até hoje não sabe dizer para onde foi levada. “Eles começaram a fazer um monte de perguntas, mas eu não sabia responder nada. Era algo sobre um aeroporto clandestino e um rádio amador. Não era por que eu vivia perto dos poderosos que eu sabia alguma coisa”, conta ela, como se ainda estivesse falando com um dos

militares. Depois de uma bicada no copo d'água, ela olha para a mesa e franze o cenho para recorrer a uma memória amarga. "Eles ficaram irritados com a falta de respostas e começaram a puxar meu cabelo. Tinha uma bacia de água bem na minha frente e eu morria de medo de que a qualquer momento me afogassem. Mas antes disso um deles percebeu que eu estava grávida e me levaram de volta para a Granja do Ipê."

O marido não teve a mesma sorte. Só voltou para casa três dias depois com marcas de queimaduras por todo corpo. Assustado, resolveu pedir as contas da presidência. Foi aí que a Candangolândia entrou na vida de Dona Dorcy.

A cidade que a taróloga elegeu como recanto nos últimos 48 anos tem jeitão de município do interior. Surgiu em 1956 para abrigar os primeiros candangos – como eram chamados os trabalhadores que vieram participar da construção de Brasília – e ainda hoje conserva boa parte da história da capital. A casa de Dona Dorcy é uma extensão das ruas da cidade – onde aliás ela não consegue andar por muito tempo sem ouvir um "opa, Dona Dorcy!". O portão está sempre aberto e o movimento constante é garantido pelos 11 filhos, 20 netos, três bisnetos e incontáveis "filhos adotivos", como ela gosta de chamar os amigos mais próximos que, na verdade, teriam idade para serem considerados netos. Entre a política e o misticismo, a taróloga-militante vai levando a vida, assim como Brasília e seus prédios oficiais, pirâmides e significados ocultos.

Ao final de um dos nossos encontros, peço que revele uma previsão importante que ainda não tenha se concretizado. Ela fica muito séria de repente, hesita por alguns segundos e, por fim, fala com a voz mais baixa e grave do que o normal. "A presidente Dilma precisa tomar cuidado com a doença dela." Após fazer uma nova pausa, completa: "Pode voltar".

Ah, você quer saber quem será o próximo governador do Distrito Federal? Como toda boa taróloga, ela sabe a resposta. Como toda boa política, ela prefere não revelar. 



CONVITE





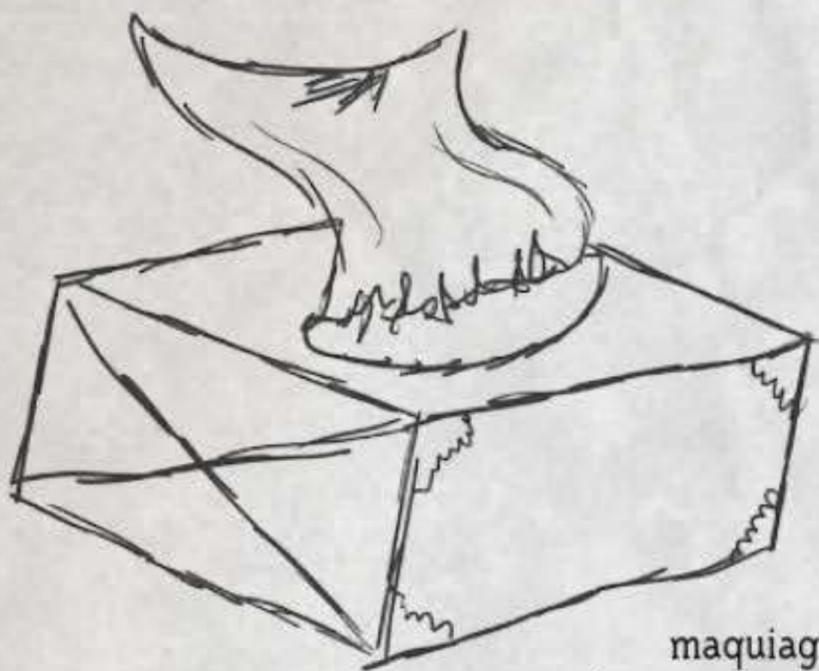
Texto | Raquel Morais

Fotos | Camila Garcia, Marcella Fernandes e Sinclair Maia

Diagramação e arte | Eduarda Liu

Profissão penetra

A arte de entrar sem ser convidado



Apesar de seguir o mesmo roteiro, as sextas e sábados do casal Aguiar nunca terminam iguais. O fim das tardes obedece a um ritual que começou há três anos: Caio busca Luiza no salão de beleza perto de casa, depois que a esposa passou horas fazendo as unhas, arrumando o cabelo e escolhendo uma

maquiagem que combinasse com o vestido novinho que ela separara para a ocasião. Então, mais uma horinha no apartamento deles para os retoques finais e já é tempo de ir para a Paróquia Nossa Senhora do Rosário, na QI 26 do Lago Sul, em Brasília.

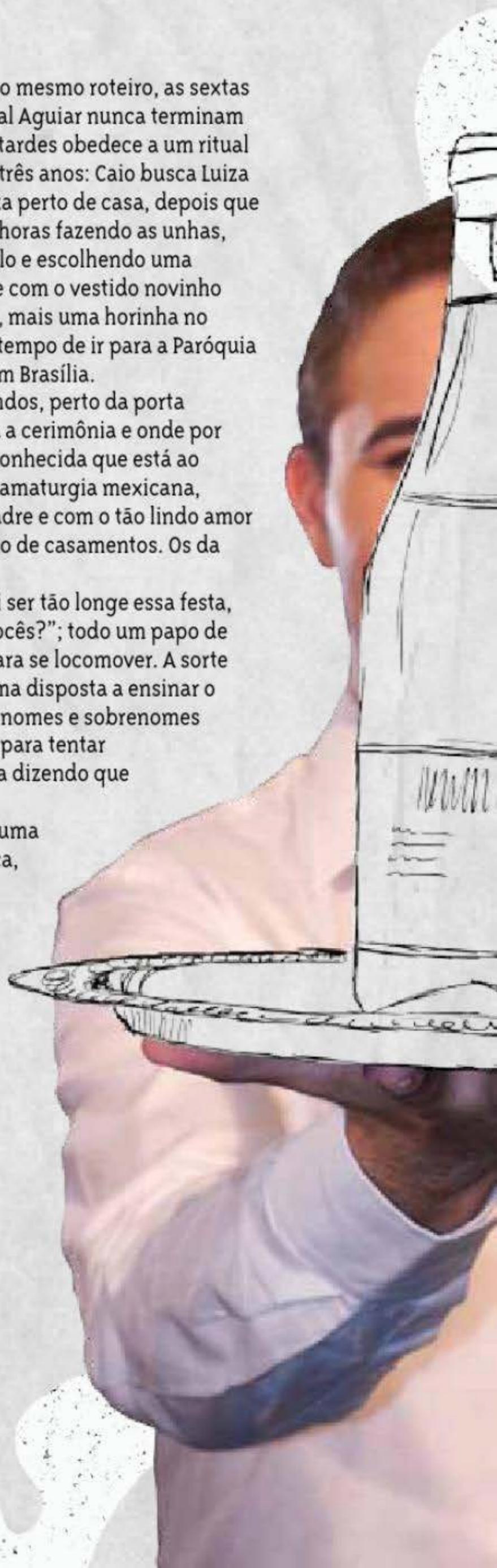
O casal tem até um banco cativo, bem nos fundos, perto da porta principal da igreja. É de lá que eles assistem toda a cerimônia e onde por vezes Luiza pede um lençinho emprestado à desconhecida que está ao lado, depois de cair em um choro digno de teledramaturgia mexicana, sinceramente emocionada com as palavras do padre e com o tão lindo amor que finalmente se concretizou. É, ela gosta mesmo de casamentos. Os da Paróquia do Rosário então, nem se fala.

Entre as lágrimas, é um tal de “ai, menina, vai ser tão longe essa festa, né?”, “ixe, não sei chegar. A gente pode seguir vocês?”; todo um papo de convidado desinformado que precisa de ajuda para se locomover. A sorte é que nessas ocasiões sempre tem aquela boa alma disposta a ensinar o caminho. De resto, cabe aos Aguiar, casal real de nomes e sobrenomes aqui reinventados, adotar a habitual cara de pau para tentar passar batido ou se lamentar para a recepcionista dizendo que deixaram o convite em casa, sem querer.

É isso mesmo que você está pensando. Se alguma vez você foi abordado por uma mocinha simpática, muito bem produzida e um tanto chorona enquanto acompanhava um casamento na Nossa Senhora do Rosário, provavelmente conhece o ilustre casal que abre esta reportagem. Mas se você não os viu, não se sinta excluído. É possível e muito provável que, em outros casamentos ou aniversários, formaturas, shows e até velórios, você já tenha esbarrado com essas figurinhas nada incomuns: os penetras.

Raio-X

Assíduos tanto em festas particulares quanto em grandes eventos, os bicões têm um perfil já reconhecido pelos organizadores: charmosos, simpáticos, bons de papo e de raciocínio extremamente rápido. Não costumam andar em grandes grupos, mas também nunca estão



sozinhos. Se preciso, fazem um breve histórico do dono da comemoração e estudam até mesmo o mapa e o melhor horário para chegar ao local.

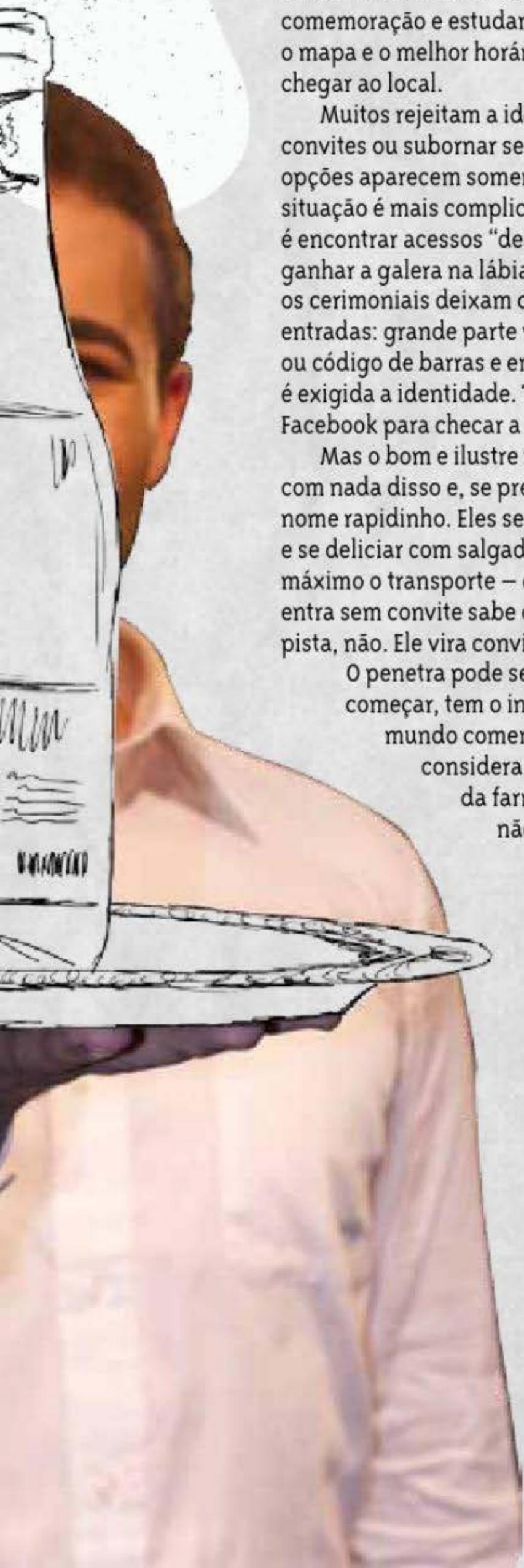
Muitos rejeitam a ideia de falsificar convites ou subornar seguranças. As opções aparecem somente quando a situação é mais complicada. A graça mesmo é encontrar acessos “desprotegidos” ou ganhar a galera na lábia. Nem por isso, é claro, os cerimoniais deixam de lado o cuidado com as entradas: grande parte vem com tarja magnética ou código de barras e em muitas recepções ainda é exigida a identidade. Tem até quem consulte o Facebook para checar a veracidade da foto.

Mas o bom e ilustre não-convidado não se assusta com nada disso e, se preciso, dá um jeito de mudar de nome rapidinho. Eles se empenham para garantir a diversão e se deliciar com salgadinhos, docinhos e bebidas, pagando no máximo o transporte – os mais malas descolam até carona. Só que quem entra sem convite sabe que não pode vacilar. Se vacilar, dança. E não é na pista, não. Ele vira convidado. Convidado a se retirar.

O penetra pode ser classificado em pelo menos quatro tipos. Para começar, tem o ingênuo, que não sabia de nada mesmo. Ouve todo mundo comentando que vai rolar a festa e, vai entender por quê, se considera convidado. Só descobre que não é bem-vindo na hora da farra, quando alguém olha meio torto e ele é barrado por não ter o nome na lista.

Tem aquele acidental: nem sabia que ia rolar o evento, mas alguém menciona o assunto e ele logo se anima. Começa a extrair mais informações, descobrir detalhes e a elaborar o plano para abrilhantar a festa dos desconhecidos. Há também o bicão convidado, que quase pode se declarar inocente. Ele não forçou a barra, mas foi chamado para uma recepção fechada por um real convidado e sabia que não era esperado pelo dono da comemoração.

Por fim, tem o penetra profissional. Aquele que nem mesmo os olhos e ouvidos mais atentos conseguem identificar facilmente. O sabe-tudo das leis de Darwin no quesito invasão ou, em termos politicamente corretos, ocupação. Ele aborda todo mundo que for preciso e sempre conhece a melhor forma de entrar – e sair – de baladas sem convite, aproveitando-as ao máximo. O que ele mais tem é história para contar, porque acontece sempre.



Rock and roll all night

As aventuras do bancário Ader Neves Filho começaram quando ele tinha 15 anos e duraram cerca de uma década. O espírito era o de "party every day", isto é, festejar todos os dias. "Na verdade, não foi algo muito pensado, não. Nós víamos luzes, bagunça, uma turma animada e queríamos nos divertir. Éramos impulsionados por esta vontade de estar sempre nos divertindo", lembra.

Entre as inúmeras histórias que coleciona, a preferida ocorreu em um aniversário de 15 anos no interior de Minas Gerais. "Levei uma máquina com fotos da festa do dia anterior e estava usando a mesma roupa para poder afirmar para o segurança que até fotos lá dentro já tinha tirado, caso ele me barrasse", comenta. "O legal é que éramos eu e dois amigos, os três com a mesma roupa. E, é claro, funcionou."

Também foi numa comemoração de debutantes que o estudante Eduardo Roque viveu a situação que considera mais divertida.

Depois de duas horas rondando o local com um amigo, descobriu um muro no vizinho que tinha ligação com a festa. O primeiro problema foi pular o "obstáculo" e dar de cara com um cachorro. A dupla correu muito até encontrar outro muro para poder chegar ao ambiente da recepção.

"Mas quando finalmente estávamos na casa certa, vimos uma equipe de seguranças com uma lanterna questionando o que fazíamos ali. Foi instantâneo: demos as mãos e falamos que estávamos namorando. O segurança, mesmo muito incomodado com a situação, mandou que a gente 'voltasse' para a festa, e foi o que fizemos", conta.

A confusão não acabou por aí. Roque diz que ele e o amigo erraram o lugar de entrar e acabaram parando em cima do palco, no meio do *Parabéns pra você*. De um lado, um famoso DJ, do outro, um conhecido grupo de funk, no meio, a aniversariante com a família, e, atrás, ele e o amigo. "Fingimos que éramos primos e tiramos as devidas fotos. Depois disso tudo, conseguimos finalmente aproveitar a tão desejada festa."



Já o produtor Léo Preto viveu a história preferida no carnaval de 2012, durante show de axé no interior de Minas Gerais. Habitado a entrar sem ingresso em apresentações musicais e churrascos na época de universitário, a situação superou até mesmo uma viagem de mil quilômetros para ser bicão em um festival de música internacional, quando pretendia – e não obteve sucesso – encontrar a amada.

“Estava ficando com uma menina no carnaval e prometi que subiria no palco, que era em área reservada, e me declararia”, explica. “O problema é que os seguranças não me deixaram passar. Tentei falar com o vocalista quando ele desceu do palco, mas ele não deu atenção. Só que ele voltou e eu dei um jeito de colar nele. Ninguém me barrou, acho que porque todo mundo da banda estava com fantasia de herói, tipo Batman, Homem-Aranha, e eu com uma boia de tartaruga. Devem ter me achado o tartaruga-ninja.”

Depois de uma performance de dançarino sem muito gingado diante de milhares de pessoas, o produtor conta que o grupo percebeu a “presença” dele, mas ainda assim não o retirou do palco. Preto acabou descendo para a área dos pagantes e aproveitou o open bar da festa. “No fim das contas, a declaração mesmo não deu certo, mas a experiência foi divertida.”

Há ainda os que agem em bando, como o estudante Erik von Behr. Para economizar os R\$ 120 de um convite de formatura, ele escaneou o ingresso em preto e branco e o pintou à mão. “Só que teve uma vez que tentei isso de novo e o segurança percebeu. Mas eu não ia sair de mãos abanando, né? Eu me juntei com uns 30 moleques e demos a volta na área inteira. Quando vimos uma brecha, corremos todos em direção a um único segurança, que não conseguiu segurar nenhum de nós.”

Que deselegante!

Mas não é sempre que o papo cola, o convite falsificado passa, a pulseirinha é reaproveitada ou a ideia de pular o muro dá certo. E, mesmo quando essa parte do plano prospera, tem bicão que se lasca. Há seis anos

Diversão com bom gosto

Com trajes impecáveis e sempre carismáticas, cerca de 30 pessoas “presididas” pelo servidor público Sérgio Ferreira circulam em busca de novos contatos e alta gastronomia. O grupo, conhecido como Sociedade Amigos de Brasília (SAB), se formou há 15 anos e tem até página nas redes sociais. Por não invadirem celebrações, eles são tidos como “penetras oficiais”.

Segundo os membros, a preferência é por eventos abertos à comunidade, como exposições e inaugurações de lojas, bares e restaurantes, e eventualmente recepções mais seletivas, realizadas em embaixadas. “Todo mundo já conhece a gente. Se não nos recebem, vamos embora sem problema. Festa sempre tem, mais de uma por dia”, diz o presidente.

“Queremos engrandecer os eventos, prestigiar, nunca o contrário. Inclusive se alguém ligado ao gente está dando vexame, a gente mesmo avisa os seguranças para retirar”, explica o coordenador político da SAB, Carlos Barata. “Depois de tanto tempo, já sabemos que festa vai ser boa. Onde nós estamos, é certeza que é bom.” Para celebrar a diversão, a sociedade criou um brinde especial: “Vida longa aos anfitriões!”.

na prática, a estudante brasiliense Soraia Vasconcelos passou carão um ano depois de penetrar em uma festa. Em bate-papo animado com um gatinho, ela descobriu conhecidos em comum e comentou que foi sem convite à festa de uma garota. “Ele simplesmente virou para mim e disse: ‘ela era minha namorada na época’... Fiquei com muita vergonha.”

Penetra na festa dos outros é apreço!

Ficou interessado em saber como esses “profissionais” burlam o controle das festinhas? A **Campus Repórter** revela dez táticas e conselhos do “especialistas” Ader Neves Filho e Léo Preto. É sempre bom lembrar que não é lá muito legal tentar isso em casa (dos outros):

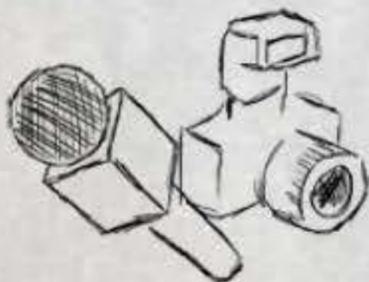
1. Em aniversários de 15 anos ou bodas, o ideal é não chegar muito depois do horário marcado, mas perto da meia-noite, quando a debutante já subiu para trocar o vestido e se preparar para a valsa. “A molecada adora festas, não se atrasa”, afirma Neves Filho.



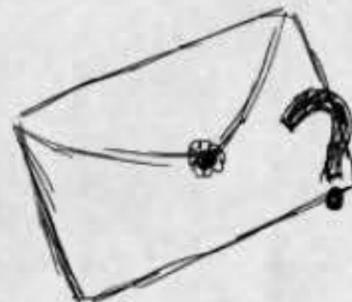
2. Evite subornar seguranças. Apesar de muitos deles receberem pouco pelo trabalho, é importante lembrar que a prática, tal como a falsificação de convites, é crime.



3. Aja como se você fosse alguém “influente”: fotógrafo famoso ou jornalista. Vale até lembrar o nome de uma coluna de fofocas qualquer para alegar que está escrevendo notinha sobre o evento.



4. Dizer que esqueceu o convite é furada. O que conta mesmo é apelar para o bom papo, na malandragem, e perguntar se o cara também não gostaria de curtir a festa, como faz o personagem da música sertaneja *Penetra*, de César e Alessandro.



5. Nunca discuta com seguranças e recepcionistas. Se tiver que passar por eles, aja naturalmente, como se você apenas estivesse voltando ao local depois de sair para tomar um ar ou buscar algo no carro. Caso eles se recusem a te deixar passar ou te convidem para se retirar, obedeça. “Quem fala com segurança é chefe de segurança, dono da festa e bêbado”, aconselha o bancário.



6. Não ande em grandes grupos. Além de chamar muita atenção depois de já terem entrado no ambiente, é mais complicado conseguir uma maneira de “invadir” um espaço quando há muitas pessoas juntas.



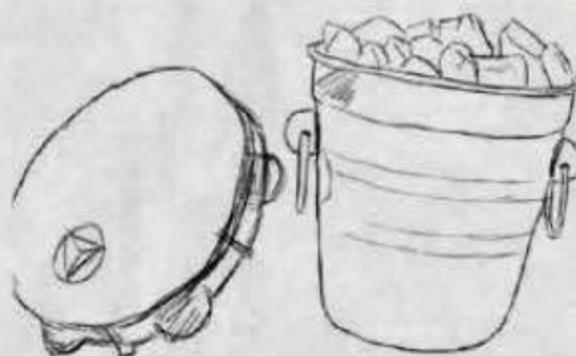
7. Também evite ir sozinho. É mais difícil arranjar alternativas, como um suposto namoro em caso de flagrante, e há o risco de não se enturmar no evento ou, pior ainda, de o plano fracassar e você perder a noite.



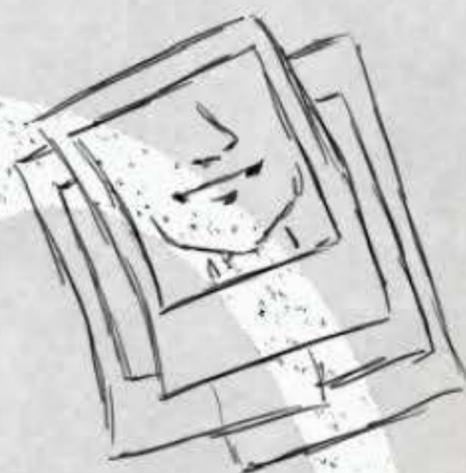
8. Misture-se, mas não queira ser o dono da festa. “Chegue, faça amigos, pegue uma bebida para os outros, comente algum assunto sem muita petulância”, indica Neves Filho. “Nunca se exceda para não se tornar desagradável. Mas você chegou, conversou com um, dois, já viu que o pessoal está ‘virado no jiraya’ {famoso “trocando as pernas”}, já chega fazendo bagunça junto. Cola na turma que fala alto e bate na mesa.”



9. Penetre no evento como se você fizesse parte dos bastidores. Nossos conselheiros já entraram com balde de gelo seguindo garçons ou pandeiros logo após o pessoal da música. Vale até investir no look para parecer que é da organização.



10. Só para os sagazes: está no meio da festinha, galera já perdeu a pose na pista depois de tanta bebida e você quer coroar a noite com mais aventura? Vá cumprimentar o dono da festa. “Depois de algum tempo, todo mundo está animado e tudo é farra. E você vai percebendo que nem mesmo o aniversariante conhece todo mundo. Dá um sorrisinho e um aceno. No fim, ele vai achar que você é filho do amigo do pai. Já terminei muita noite na mesa da família, tirando foto junto”, diverte-se Neves Filho.



Senta que lá vem história

Onde há festa bacana e promessa de diversão, tem penetra. Quem não se lembra do casamento do jogador de futebol Ronaldo e da apresentadora Daniela Cicarelli no castelo de Chantilly, na França? A noiva protagonizou um escândalo para lá de feio com uma modelo, supostamente não convidada.

A presença dos intrusos em palácios não é nada recente. Gregos, romanos e egípcios relataram a entrada de gente nada bem-vinda em eventos da alta classe. “Mas a ‘transgressão’ ficava no faz de conta. Um escândalo não fazia bem para os donos da festa”, conta o professor de história Reinaldo Pantaleão.

O hábito de enviar convites por mensageiros a diversos cantos do mundo acompanhou a popularização da escrita. Com a formação dos primeiros Estados e a divisão da sociedade em estamentos, grupos menos privilegiados não eram bem-vindos a reuniões dos grupos dominantes.

“Na França, as festas do clero e da nobreza não permitiam a entrada de artesãos, comerciantes e camponeses antes da revolução. Ainda assim, elas eram marcadas por grande participação de não convidados,

que iam por vários interesses, como amor pela filha do rei”, afirma o também professor de história Luiz Humberto Sales.

A prática, nada recente portanto, chega até mesmo a dar a tônica de histórias bem conhecidas. Em *A Bela Adormecida*, cuja versão mais popular é a dos Irmãos Grimm, uma fada fica irritada por não ter sido convidada para o batizado da princesa e aparece de surpresa na cerimônia para amaldiçoá-la. É também na ausência de um convite que a história de amor mais famosa do mundo, escrita por William Shakespeare no século XVI, começa: Romeu entra disfarçado na festa em que conhece Julieta. Já a Gata Borralheira, ou Cinderela para os íntimos, viveu caso atípico: foi convidada mas teve de entrar com um disfarce social e por tempo determinado.

O drama também tem espaço no cinema. A comédia brasileira *Os penetras* (2012) conta a história do apaixonado Beto. Acompanhado de um golpista, ele invade as melhores festas da cidade em busca de Laura. O longa é baseado no norte-americano *Penetras bons de bico* (2005), em que dois amigos entram em casamentos para seduzir mulheres.

Já a recém-casada Nayara Chinarelli precisou usar métodos mais agressivos – literalmente – na única ocasião em que não havia sido convidada. De férias no interior do Paraná, ela e os primos descobriram que o vizinho comemoraria o aniversário, mas ouviram dos pais que não iriam se não fossem devidamente chamados. “Então os meninos mais velhos ligaram para ele exigindo, com direito a ameaça de surra e tudo. Ele foi até a casa dos nossos avós fazer o convite”, lembra.

Proprietária de empresa de Brasília que leva seu nome, Ana Lucia Nascimento conta que, no baile de debutante da filha de um

senador, um garoto chegou a levar presente para convencer as recepcionistas de que era convidado e só tinha esquecido documento e convite. “Coincidiu de a menina estar passando na hora. Ela não fazia nem ideia de quem era. Ele só soltou um ‘pô, fulana’. E o presente ficou”, ri.

A consultora de etiqueta Ligia Marques alerta que a presença dos penetras pode dismantlar todo o planejamento de quem organizou o evento, já que tudo foi pensado para um número estimado de pessoas. Ela é categórica: em festas fechadas, nunca se deve ir se você não for explicitamente convidado.

E nem reclamar, porque se seu nome não estava na lista havia algum motivo para isso.

“Forçar a barra pedindo um convite, por exemplo, é de extrema falta de educação e sensibilidade para com os anfitriões. As pessoas devem entender que convidamos seguindo determinado critério, pois nem sempre podemos oferecer o melhor para um grande número de pessoas”, afirma a consultora. “O importante é não abrir exceções.”

Pela porta da frente

Há 25 anos na área, o proprietário da Heventhus, Victor Andrezo, já recebeu 80 “penetras” em uma festa. “Organizamos para 250 pessoas, mas na hora da recepção os pais dos noivos disseram que não era para barrar ninguém. Chegou um momento em que havia 330 pessoas no salão, não tinha mais nem onde sentar, os garçons não eram suficientes, o bufê não tinha mais como improvisar.”

Como tática para evitar os bicões, os cerimoniais buscam trabalhar sempre com as mesmas empresas de segurança e combinar com os administradores dos espaços e bufês a responsabilidade pelo número a mais de presentes do que o de convites recebidos. O convívio com a mesma equipe facilita também as orientações. Segundo Ana Lucia, em festas de 15 anos é comum haver um grupo tão grande de aspirantes a penetra que há quase outra festa do lado de fora do evento.

Uma ocorrência comum e na qual ela orienta as recepcionistas a deixar que a família da aniversariante resolva é quando uma colega não convidada vai acompanhada de uma família convidada. “É delicado. Você vai barrá-la, deixá-la sozinha? É uma maneira comum de ser penetra e que a gente acaba tendo que deixar para a família resolver. O bom é que descobrem logo, já que a aniversariante costuma estar na porta para ser cumprimentada.”

Situação semelhante, lembra Andrezo, é quando um convidado aproveita um convite

sobressalente e chama uma pessoa nada a ver para acompanhá-lo. “É falta de noção. Concorde que a pessoa que vai assim, sem vínculo nenhum com os donos da festa, deveria ficar sem graça?”, questiona. “Fora a falta de bom senso daquele que convidou e não considerou que a família pode ter deixado de chamar alguém mais próximo.”

Experiente na organização de eventos institucionais, como o lançamento de produtos e serviços, o promotor Tiago Correia diz haver ocasiões em que o penetra é bem-vindo. “Você vê que foi comentado, bem badalado e que causou nos outros o





desejo de participar. Isso é bom. Mas a pessoa precisa ter consciência se aquilo é para ela. Ir à inauguração de algo do qual não se é público-alvo apenas para beber e comer bem e sair nos jornais causa desconforto para todo mundo.”

Para ele, tentar penetrar em eventos de embaixadas e ministérios, por exemplo, é inadmissível. Os organizadores sempre sabem quem foram os convidados, porque ninguém é chamado aleatoriamente. É preciso ter jogo de cintura para lidar com o público. “Uma vez fiz um chá só para casais e as solteironas e viúvas torceram o nariz porque queriam ser chamadas. Mas tem que lidar, né”, confessa Correia.

Coordenador de segurança há três anos em uma empresa de Brasília, Elismar Cruz afirma que o penetra é um cara chato. “O bicho é insistente e tenta de tudo. Em show, por exemplo, tem

muita mulher que se oferece para poder entrar. Fora as tentativas de dar dinheiro para a gente liberar. Mas minha orientação é para sempre negarem e evitarem violência.”

Sinal vermelho

Para a especialista em comportamento humano Roselake Leiros, o hábito de ir a eventos sem ser convidado revela mais do que a simples vontade de se divertir. “Todo mundo tem direito a fazer uma traquinagem, mas daí a transformar isso em um hábito é doença”, afirma. “Essa é uma pessoa que não reconhece o próprio lugar, não se respeita, nem respeita o espaço do outro.”

Ela defende que os penetras de carteirinha são infelizes, justamente por viverem uma situação que não condiz com



a realidade deles. “Quando você não é convidado, você não faz parte. As pessoas têm que aceitar isso. Tem gente que se produz, vai à altura do evento. Eu mesma tinha um amigo que havia muitos anos se arrumava todo, levava isso com seriedade. Não é normal”, argumenta.

O proprietário da Heventhus revela que nem quem trabalha na área fica imune a essas “traquinagens”. “Uma vez uma pessoa chegou aqui, veio me contratar, mas disse que estava me estranhando. É que outra pessoa chegou com o meu cartão de visitas em uma festa que ela estava ajudando a organizar e disse que era eu, que só queria dar uma olhada e entrou”, conta.

“E teve uma outra vez que o segurança me procurou dentro da festa e perguntou do

meu filho. Estranhei a fala dele e então ele contou: um menino chegou de terno, falando ‘sou filho do Victor e não achei o carro dele no estacionamento’. Aí ele disse que estava procurando por mim, que tinha ido para trabalhar com o pai. Ainda não descobri quem é meu filho perdido”, diverte-se Andrezo.

De acordo com o advogado Frederico Damato, a simples brincadeira pode ter consequências bastante sérias. O dono da festa pode entrar com uma ação por violação de domicílio, que tem pena prevista no Código Penal Brasileiro entre três meses e um ano de detenção ou multa. Em casos de falsificação de documento, o “invasor” pode passar até cinco anos na cadeia. 

ra, na Un... lade
debates... as
o nome...
e editor...
samento...
e fez o...
cado pe...
yrlida, Es...
aporia: ...
paulista...
bela edito...
me: ...

POEMA

2010

em um salto, premeditado —
prática poética —
os pêlos grisnevoados
ressurgem em instante —
segundo ou minuto —
terra, ocre que me
recorda o ainda não visto
mar egeu.

(de Ocos, publicado em 2011, Lumme Editora)

20
poema n.

cativo

canto de flauta,
sob a seda, anseio ameno.

brocado em flor,
só corpo, escolho.

ave leve, em fuga,
ao sol sem brios, esparso espelho.

folha tombada, de teus fungos
ocre solo, caules ou corpos:

calam-se os nomes,
pérola transparente,
olham, cristal da lua,
espaços abertos; deixe-o.

si len te às mo ra das de ver me lho ou to nal ° as par cas so bre vo am os tem pos ne ves e to a
das ° o e xí lio ar de em gol fos e ma res em bar ca dos ° es pe lham- me por is so as fron tes de ou
tro tem po in ver so ° de coi sas ou tras re a li da des pó aos pés ° em que se ca va o du ro tra ba
lho do dia fron do so ° tor res vi á veis mou ris cas e pa go des ain da no tur nas ° fer men ta das
as vo zes de pás sa ros e ar bus tos ° de da mas de o cas vo ra gens lu a cla ra sob as águas ° sor
ri so de on das à né vo a ma ce ra da ° em ná car e
nes gas de á gua e pó re vol to ° ga lhos tran qui
los so ler tes que à ca sa re tor nam ° tu do tran si
tó rio co mo ar e mar ° con lui o de mon ta nha e
ce dro ví ve res bro tan do ° das ru í nas dos a bis
mos o ho mem con si go ° à ca sa não tor na tu do
ho ri zon te a lhu res das cos tas ° sem por tos sem
na da : si lên cio aos len çóis ex ten sos

Diagramação | Luciano Mendes

(de Caderno de nênia, inédito)

silente agora o corpo:
entre pó e branco.
preclara manhã –
as mãos de espírito,
molde, impenetrado,
o ar não se contém.

figura – limítrofe –
faz de foz, a face re-
talhada: em deceso-
so, transpassa morada
e espera desse músculo:
afônico de grafos.

o nihil de palco, à
veste bordejada,

converte-te agora:
silêncio e recife, em
buta, teu logro, soalho
de vinhas – acordas, e
mar.

pensos sobre a ferida branca
os oíros revirados, prévios,
entre o acima e o abaixo –
terra em que habitam, pântano,
funchos e dançantes à pedra.
cobre, sobre si, o corpo
ainda virgem, ainda tempo.
à vida tornam, caminho moldado,
os rastros da ideia, prévia,
errados, errância do sem
ter, sendo. desdobra a tez
do mastro – plicare – nenhum
impulso: perde-se a língua,
enquanto
os mortos vociferam
entre as árvores, os bosques.

(de Voo de rapina, no prelo a sair em 2013)

52

poema n.

Piero Eyben é professor de Teoria da Literatura na Universidade de Brasília, onde coordena grupos de estudos e debates das obras de Maurice Blanchot e Jacques Derrida, com o nome Escritura: Linguagem e Pensamento. É tradutor, poeta e editor-chefe da revista *o mutum* – revista de literatura e pensamento. Organiza o Bloomsday de Brasília desde 2007. Traduziu e fez o estudo de abertura de *Epifanias*, de James Joyce, lançado pela editora Luminuras. Publicou, no passado, os livros *Derrida, Escritura & diferença: no limite ético-estético* e *Demoras na aporia: bordas do pensamento e da literatura*, ambos pela editora paulista Horizonte. Em 2011, lançou o livro de poesia chamado *ocos*, pela editora Lumme.



nênia para kazuo ohno

CAMPUS REPÓRTER

Editor-executivo

Sérgio de Sá

Editores

David Renault, Dione Moura e Paulo Paniago

Editor de arte

Luciano Mendes

Editor de fotografia

Marcelo Feijó

Reportagem

Gustavo Aguiar, Nathália Koslyk, Paula Bittar, Pedro Augusto Correia e Raquel Moraes

Fotografia

Camila Brunca, Carol Matias, Isabelle Araujo, Jéssica Paula Prego, Sinclair Maia e Marcella Fernandes

Diagramação

Eduarda Liu, Ellen Rocha, Luisa Bravo, Patrick Cassimiro e Thiago Lima

Secretária de Redação

Paula Bittar

Agradecimentos

Elena de Melo, Raquel Flores, Felipe Malta, Gabriela Alcuri e Murilo Salviano

Faculdade de Comunicação | UnB

Diretor

David Renault

Departamento de Jornalismo

Zélia Leal Adghirni

Departamento de Audiovisual e Publicidade

Susana Madeira Dobal Jordan

Coordenação Comunicação Organizacional

Tiago Quiroga Fausto Neto

Endereço

Campus
Universitário Darcy
Ribeiro Faculdade de
Comunicação, ICC Ala
Norte CEP 70.910-900.
Brasília/DF
Tel. (61) 3307.2461
Caixa Postal 04660
www.fac.unb.br

Impressão

Qualytá Gráfica e
Editora

Tiragem

4 mil exemplares

Campus Repórter

é uma publicação semestral, produzida por professores e alunos das disciplinas Laboratório Campus Repórter e Diagramação Campus Repórter. Faculdade de Comunicação/UnB - Ano 7, n.º11, 2013.



Para enviar comentários ou pedir algum número da nossa revista, entre em contato pelo endereço reportercampus@gmail.com.

Edições anteriores em <http://issuu.com/campus-reporter>.

Curta nossa página no Facebook.



ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:
CONECTANDO O CONHECIMENTO
ACADÊMICO E O SABER POPULAR



[fb.com/comunicacao.comunitaria](https://www.facebook.com/comunicacao.comunitaria)



[@comcomunb](https://twitter.com/comcomunb)

<http://comcom.fac.unb.br/>



Matricule-se na disciplina
Comunicação Comunitária
(JOR 146561)



**COMUNICAÇÃO
COMUNITÁRIA**

SUA CHANCE DE ADQUIRIR HABILIDADE TÉCNICA E DESENVOLVER
EXPERIÊNCIA CIDADÃ DENTRO OU FORA DO CAMPUS

11

Campus Repórter é revista de reportagem. Estudantes da Faculdade de Comunicação da UnB se unem para transmitir informação – em texto, fotografia e design. A cada semestre, novas ideias e pautas, novos desafios. Nada nos prende ao factual, tudo nos remete aos fatos. O tempo da notícia se desdobra para que o jornalismo mostre o que vê: janelas para que o leitor possa sentir e compreender um pouco melhor o mundo em que vivemos.